

UMA MOLDURA HISTÓRICA PARA DJALMA MARANHÃO

**– 1930-60: AS PRIMEIRAS TINTAS NA
TELA**

**– DJALMA MARANHÃO -
O POLÍTICO**

**– DJALMA MARANHÃO -
O ADMINISTRADOR E, AINDA, O
POLÍTICO**

– *VIA CRUCIS*

**– LEMBRANÇAS PESSOAIS DE
DJALMA MARANHÃO**

1930-60: AS PRIMEIRAS TINTAS NA TELA

Uma das crises do capitalismo – a Grande Depressão americana de 1929 – levou o Brasil a novos rumos. Dá-se a ruptura da República Velha (insurreição urbana, divisão da oligarquia, ascensão do tenentismo) e o vitorioso Movimento de 30 com Getúlio Vargas começa a redesenhar as instituições brasileiras.

São os tempos do voto secreto (invalidado pelo Estado Novo); do voto feminino (quando o Rio Grande do Norte é precursor); da legislação trabalhista (jornada de oito horas, férias, salário mínimo etc) que assegura a sobrevivência e reprodução da mão-de-obra; da modernização do campo político com os concursos públicos para o exercício das funções do Estado; com a implantação de um modelo de industrialização sob os auspícios das Forças Armadas cujo símbolo é a siderúrgica de Volta Redonda.

É o tempo, também, de uma sociedade marcada pela radicalização de concepções ideológicas, de visões de mundo: a Ação Integralista Brasileira de tendência fascista *versus* Aliança Nacional Libertadora de hegemonia comunista.

A batuta de Getúlio Vargas – o *Pai dos Pobres* – é valorizada por uma massificação de propaganda (DIP) com ênfase num estado unitário, centralizador, paternalista e bonapartista – um Governo acima das classes sociais e dos partidos políticos. Fala-se muito da soberania da Nação e pouco da cidadania. Escamotear a luta de classes é preocupação constante, pois, trata-se de tecer as relações de produção de um capitalismo chamado de nacionalista, que, na verdade é associado e não-conflitivo ao imperialismo. O modelo de um espaço público autoritário que rege o sistema produtivo e interfere nas relações de trabalho; que mantém intocada a estrutura fundiária; que fortalece uma burguesia urbana e estimula a organização sindical sob o paternalismo do Estado, sobrevive até o final da Segunda Guerra Mundial.

O Pós-Guerra traz grandes mudanças para o mundo – em momentos diversos, mas, muito próximos. São os tempos do esmagamento do nazi-fascismo; da fundação da ONU; da ascensão do socialismo soviético sobre o Leste europeu; do Plano Marshall para a Europa ocidental; das hegemonias dos EUA e da URSS na configuração da Guerra Fria (lembrar a formulação ideológica de Churchill e sua liderança sobre os povos de língua inglesa); da corrida armamentista atômica; da regência do capitalismo internacional sob o Fundo Monetário Internacional; da Revolução Chinesa; da formação do Grupo dos Não-Alinhados; da descolonização de Ásia e África; das transformações científicas e tecnológicas que acompanham a corrida espacial de americanos e soviéticos; da transição de uma sociedade industrial para uma pós-₂

industrial, que será fundada na informática e aspirando a globalização dos mercados; da redemocratização do Brasil, em 1945.

Muitas dessas transformações não foram percebidas pelo Governo medíocre do General Dutra, cingido a um anticomunismo rasteiro. Faltou ao Brasil a criatividade das lideranças políticas dos anos 30. Com a volta de Vargas ao poder – e só na segunda parte de seu mandato – o antigo modelo civilizatório é retomado, então, dentro de uma moldura constitucional e democrática. São os tempos da Petrobrás, da Eletrobrás, da lei de remessa de lucros, do nacionalismo econômico etc. A então diferenciação de interesses do Brasil face aos Estados Unidos, no campo bipolar da Guerra Fria, anima uma oposição interna de direita, lacerdista e golpista. A denúncia clara e eloqüente ao imperialismo americano será tardiamente explicitada na Carta Testamento. O tiro no peito de Vargas, em 24 de agosto de 1954, retardará, todavia, por dez anos, a vitória desse golpismo de direita.

No final dos anos 50, o setor industrial já é o mais importante dos indicadores nacionais – tornando irreversível a urbanização – enquanto sobre a área agrícola, paralisada pela inércia, persistem formas arcaicas, heranças do modelo colonial.

O Brasil entra nos anos 60 com um grande desafio: suas instituições sociais, econômicas, políticas e culturais estão envelhecidas. A dinâmica do nacional-desenvolvimentismo desvela um palco de confronto, agora crucial, entre o novo e o arcaico – está configurada, assim, o que Gramsci chama de crise.

Já em 1961, o quadro político brasileiro é agravado com a renúncia de Janio e só com enorme esforço, e risco de guerra civil, as lideranças democráticas conseguem preservar a legalidade e afastar, mais uma vez, o golpismo de direita sob a égide dos ministros militares. A partir daí o processo político brasileiro revela com mais transparência suas entranhas ideológicas, estas, em vias de nova radicalização.

O Governo de Jango ganha representatividade após o plebiscito que trouxe de volta o presidencialismo e, pelas vozes de seus ideólogos – principalmente Celso Furtado e Santiago Dantas – faz uma inteligente leitura da realidade propondo as Reformas de Base.

Nas discussões políticas de então, marcadas por maior liberdade, esta impulsionada pelas novas alianças do Governo Jango (sindicalistas, nacionalistas, comunistas e cristãos de esquerda), o arcaico brasileiro passa a ter nome: o latifúndio improdutivo; a dependência aos Estados Unidos; a democracia engessada pela Constituição de 46 que joga na ilegalidade as tentativas de organização camponesa e da confederação dos trabalhadores urbanos; o analfabetismo, o quase impossível acesso à universidade e os obstáculos à democratização da cultura, etc – enfim, a exaustão de um modelo que carecia de oxigênio para renovar-se.

As discussões políticas, quando da volta ao presidencialismo (1962), já apontam caminhos e estratégias para a implantação do novo que, mesmo surgindo de algumas formas do arcaico – como ensina Gramsci – criará meios de modernizar as instituições e fazer avançar o processo histórico, consolidando um novo bloco no poder.

Nesse momento, esse novo bloco discute e propõe a superação do antigo modelo de substituição das importações, agora objetivando abrir um grande mercado interno para o qual se voltaria o sistema produtivo e sua capacidade instalada. Fica claro nas discussões que esse novo patamar só será alcançado com um novo critério de distribuição da terra e da renda.

Estimuladas pelos ideólogos desse novo bloco, as classe subordinadas, através de suas organizações e lideranças, ampliam, aprofundam e fortalecem o debate com suas propostas. Vários fóruns políticos, em diversos níveis, falam. A captação dessas vozes da sociedade é feita pelas lideranças democráticas e populares e o Governo Jango, sensível à democratização proposta, formula um programa que veio a ser chamado de Reformas de Base: Reforma Agrária, Reforma Bancária, Reforma Tributária, Reforma do Estatuto do Capital Estrangeiro, Reforma Administrativa, Reforma Eleitoral, Reforma Universitária e Reforma Urbana.

Nos anos 1962 e 63 e até abril de 64 está armado o palco da confrontação democrática no qual o arcaico luta para sobreviver e o novo para emergir. Em poucos momentos da História brasileira a lição gramsciana de **crise** ficou tão explícita (pena é que poucos, à época, liam o filósofo marxista italiano...). Algumas propostas de reforma foram pouco ou mal discutidas (a Bancária, por exemplo). Outras, transformaram-se em verdadeiras bandeiras, desfraldadas em comícios, como a Reforma Agrária (dependendo das reformas constitucionais para pagamento da expropriação do latifúndio com títulos da dívida pública e da liberação da organização camponesa em Ligas e Sindicatos) e a Reforma do Estatuto do Capital Estrangeiro (a lei da remessa de lucros já era um primeiro passo). O debate dessas duas reformas dava nomes a dois obstáculos que, segundo os ideólogos da época, impediam o exercício pleno da cidadania e da soberania: o latifúndio e o imperialismo.

Um forte colorido de radicalidade ideológica dava o tom que incendiava a generosa imaginação da juventude e encurralava – temerosa e/ou irada – as forças conservadoras instaladas. Questionava-se o velho populismo dos anos 30, que deveria ser superado por um poder popular e democrático com propostas explícitas de inclusão social e econômica dos deserdados. Questionava-se o controle político-econômico das classes dominantes sobre os segmentos subordinados da sociedade – daí o apoio às ligas e sindicatos rurais, ao CGT e PUA nas cidades, à UNE no movimento estudantil. Questionava-se um mercado privativo às elites e buscava-se a

abertura de um mercado interno, incorporador de famintos e de trabalhadores sem cidadania. Questionava-se o analfabetismo, obstáculo ao voto democrático, e a *torre de marfim* da universidade, excludente em 99 % da escola.

A discussão das reformas não se fazia de forma estanque. Pelo contrário: cada contexto era permeado pelo do outro e, assim, o cidadão politizado alcançava, na medida do possível, uma visão global da chamada Revolução Brasileira (não confundir as análises de Caio Prado Jr. com o golpe de 1964).

Para efetuar essa política de vasos-comunicantes, para dar unidade e coerência ao debate das reformas, a formação de cidadãos politizados e conscientes é de urgente necessidade. Por isso está na base de toda discussão a imperiosa necessidade de erradicar o analfabetismo. Os temas são candentes: a alfabetização como ato político (Paulo Freire); a assunção de sua conscientização por parte do cidadão; a inclusão de mais cinco milhões de eleitores politizados no colégio eleitoral e, em consequência, nas futuras urnas, derrotar o arcaico.

Do Caribe vinha a lição – Cuba erradicava o analfabetismo na Ilha na primeira revolução socialista da América.

E é aí, nesse contexto, que a liderança de Djalma Maranhão (* 1915-1971+), primeiro Prefeito eleito de Natal, ganha visibilidade nacional. Nesta hora ele já traz uma grande bagagem de experiências. Revolucionário em 1930, 32 (lutou em São Paulo integrando as forças regulares de Vargas) e 35. Preso do Estado Novo ¹. Jornalista, fundador de jornais, dirigente esportivo, e professor do velho Ateneu. Deputado Estadual (1954). Nomeado Prefeito de Natal (1956-59). Eleito primeiro suplente, assume a Câmara Federal (1959-60). Questionador, rebelde e independente não cabe nos partidos políticos: é expulso do Partido Comunista do Brasil (PCB)² em 1946, denunciando a direção local como “aventureira”; inscreve-se no *caféismo*³ mas é expulso do Partido Social Progressista (PSP) porque não vota em Ademar de Barros; também é expulso do Partido Trabalhista Nacional (PTN) porque não vota em Jânio Quadros. Em 1962 concorre a Senador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) – e nesta legenda será surpreendido pelo Golpe de Estado de 1964.

¹ - PIERETTI, Vicente Tadeu. *Djalma Maranhão, um Conscientizador de Classes Populares ?* Monografia apresentada à UFRN. Natal. 1992.

² - MARANHÃO, Djalma. *Jornal A República*. Natal, 24 de abril de 1946.

³ - Partidários do Deputado João Café Filho, depois eleito vice-presidente da República, assumindo a Presidência após o suicídio de Vargas.

2. O APRENDIZADO DAS ESQUERDAS DEMOCRÁTICAS

No final dos anos 50 (já depois da morte de Vargas) e início dos anos 60 (antes do Golpe), isto é, em menos de dez anos de exercício de luta política, as esquerdas nordestinas descobriram e aprenderam que só chegariam ao poder em aliança com o centro, ou parte dele. Rachar o centro para ter uma nova alternativa eleitoral O laboratório foi a Frente do Recife com Pelópidas Silveira, Antônio Baltar e Miguel Arraes.

No Rio Grande do Norte, este novο foi captado por Djalma Maranhão. Com um pequeno partido, identificado como *caféista*, aliou-se à UDN elegendo Dinarte Mariz governador (1955) e foi nomeado Prefeito de Natal. Depois, com a autonomia de Natal (lei de sua autoria na Assembléia Legislativa), aliou-se Djalma Maranhão à dissidência udenista e ao PSD-PTB, elegendo Aloisio Alves governador e sagrando-se Prefeito de Natal com 64 % dos votos. Esta aliança que se chamou Cruzada da Esperança (1960) dá continuidade a uma nova estratégia da esquerda nordestina que, mais tarde, elegeria Arraes governador de Pernambuco. Não é sem razão que Recife e Natal seriam, no nordeste, os alvos preferenciais do Golpe de Estado de 1964. A direita não é burra, como então pensávamos, ingenuamente.

3. DJALMA MARANHÃO EM CENA

A maior visibilidade política de Djalma Maranhão começa a se fazer quando ele conquista o mandato de deputado estadual, em 1954. Bem ao seu estilo de marcar com nitidez sua opção política, ele trava, então, uma luta interna no cafeísmo. Como Presidente da República cooptado pela UDN, Café Filho está longe de suas origens sindicais de luta, de seu passado de *tenente civil* da Revolução de 30. A classe dominante adere ao novo presidente sem precisar de intermediários: o usineiro Eider Varela é a mais poderosa liderança do Partido Social Progressista (PSP) e se elege Deputado Federal numa campanha política moderna. Djalma Maranhão retoma as bandeiras de Café quando jovem e lidera o cafeísmo dos pobres. Internamente o PSP está rachado, mas há espaço político para os dois deputados: Varela, federal e Maranhão estadual. O lastimável arquivo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte dificulta a pesquisa sobre esse jovem deputado estadual, mas, certamente, é de sua autoria a lei de autonomia de Natal, o que vai assegurar a futura eleição para Prefeito, em 1960.

Nas eleições seguintes para Governador (1955), as esquerdas racham no Rio Grande do Norte: os comunistas apoiam os 4Js (Juscelino, Jango, Jocelim, Jessé) enquanto Djalma Maranhão, unificando o cafeísmo,

apoiar Dinarte Mariz. Em função dessa aliança eleitoral, Maranhão é nomeado Prefeito de Natal (1956-59).

É sua primeira experiência executiva e ele se lança ao trabalho administrativo com o vigor de um lutador de boxe, sua experiência esportiva (sei disso pois fui seu Chefe de Gabinete). A periferia da cidade vai conhecer, então, as bandeiras do cafeísmo dos pobres. A competência administrativa, a lisura no trato do dinheiro público e a política municipal incansavelmente voltada para as áreas carentes da cidade deixam seus adversários sem fala nem ação. O PSD tenta, ainda, desqualificá-lo, chamando-o de *Prefeito do Subúrbio*. Foi pior: ele assume o título não como agravo mas como plataforma política. Sua popularidade cresce. Logo chegam à sociedade as comparações de competência das duas administrações: a estadual e a municipal de Natal. O ciúme larva no dinartismo, as intrigas palacianas vicejam. Por outro lado, o caráter independente do Prefeito não faz dele o modelo de criatura submissa ao criador, mesmo exercendo um cargo sujeito à demissão pelo governador, a qualquer momento – estão lançadas, assim, as sementes da futura dissolução da aliança Mariz-Maranhão.

Ainda vigia a aliança UDN-Cafeísmo quando, em 1958, Maranhão se licencia da Prefeitura e concorre à eleição para a Câmara Federal, ficando na primeira suplência.⁴ Lá ele fará importantes pronunciamentos – disso falaremos em outro capítulo deste texto.

Os anos 60 estavam se aproximando e é preciso lembrar, nesta moldura histórica, o que e como vivia o mundo: o Papa João XXIII, que iria revolucionar o cristianismo com o Concílio Vaticano II, se elegia em Roma; na Suécia, o Brasil ganhava o primeiro campeonato mundial de futebol; no Rio de Janeiro surgia a Bossa Nova; no Seminário Regional de Pernambuco, em preparação ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos, o educador Paulo Freire é relator do tema *A educação dos adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos*; Brigitte Bardot arrebatava corações nas telas de cinema do mundo; Fidel Castro entra vitorioso em Havana e a América se via às vésperas da chegada do socialismo; Sabin consolida a fórmula da vacina contra a poliomielite.

Sob o ângulo do presente estudo, os anos 60 começam com um importante discurso de Djalma Maranhão na Câmara Federal *O Brasil e a Luta Anti-Imperialista* (12 de fevereiro)⁵. Brasília é inaugurada (e eu me lembro de Maranhão, feliz, distribuindo entre eleitores de Natal, pequenos *souvenirs* do evento do qual participara).

⁴ - Quando dessa licença de Maranhão eu fui nomeado pelo Governador para responder pelo expediente de Prefeito de Natal – isso explicitava a continuidade da aliança UDN-Cafeísmo.

⁵ - MARANHÃO, Djalma. *O Brasil e a Luta Anti-Imperialista*. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, Brasil, 1960.

Em 1960, na política do Rio Grande do Norte, há um *tempo de Galileu*: no entanto, ela, a terra, se move. Apesar das rígidas estruturas hierarquizadas da oligarquia rural – e conseqüente domínio conservador – as ambições movem o tabuleiro político. O Governador Mariz tem candidatos de bolso do colete, fixando-se, afinal, no Deputado Djalma Marinho. O PSD, do alto do governo federal de JK, quer dar as cartas na província dominada pela UDN. Um jovem político udenista revela ambições para a conquista do poder: Aluizio Alves não teme abrir dissidência no seu próprio partido e abraçar adversários tradicionais desde que o objetivo seja alcançado - o Palácio Potengi. Maranhão, já então a liderança hegemônica da esquerda potiguar, estuda as alianças que se formam e constata um fato positivo: o centro está rachado e a esquerda pode ser um fiel de balança. De um lado, o desgaste político do dinartismo é evidente e estão deterioradas as composições de alianças de 1955. De outro, a candidatura de AA traz um impulso de modernização, identificada com a campanha de eletrificação do estado promovida pelas águas do rio São Francisco (Chesf). A aproximação de Aluizio Alves-Djalma Maranhão se faz com dificuldades. Mesmo com o apoio da aliança PSD-PTB ao nome de AA, em plano nacional, ele e Maranhão ocupam posições antagônicas: o candidato a governador é udenista ortodoxo que, mesmo aproximado de Magalhães Pinto, assume o discurso lacerdista de Jânio e é figura de proa da *Tribuna da Imprensa* que prega o golpe; Maranhão integra a Frente Parlamentar Nacionalista, ponta de lança da esquerda brasileira e se identifica com um discurso radical de mudanças políticas. As dificuldades estão no passado dos dois políticos: o discurso modernizante de Aluizio incorpora o *stablishment*, desde que ele seja renovado pelo desenvolvimento; o discurso de Maranhão prega um governo democrático e popular, anti-imperialista e anti-latifúndio (em Pernanbuco, Arraes fala de anti-povo e anti-nação em pregação idêntica no discurso das esquerdas). O deslocamento de Maranhão para a Cruzada da Esperança se faz lento e num processo de engenharia política que não perde de vista as questões nacional e internacional (dados constantes numa estratégia marxista), mas que levará em conta, também, as questões locais (os governos estadual e municipal de Natal). Neste processo, Maranhão não perde sua identidade política. Antes do PSD-PTB ele mobiliza as forças sindicais e estudantis do Rio Grande do Norte e lança um manifesto de apoio às candidaturas nacionalistas de Lott e Jango. Sem esta clareza política, a candidatura de Aluizio se desenvolve na ambigüidade. Em comício em Natal o candidato a Presidente da UDN frustra o Governador Mariz ao recusar apoio à candidatura de Djalma Marinho, apesar dos veementes apelos públicos dos governistas. No mesmo dia desse luto udenista, Aluizio compra e paga essa neutralidade apoiando Jânio para presidente em comício em Macaíba.⁶ Apesar dessa declaração

⁶ - MACHADO, João Batista. 1960 – *Explosão de Paixão e Ódio*. Departamento Estadual de Imprensa

(expressa pela primeira vez), a situação continua ambígua pois Mariz e Marinho continuam recomendando Jânio.

Abertas as urnas de Natal, os resultados são os seguintes:

Para Presidente:

Lott: 23.372 votos;

Janio: 9.924 votos.

Para Governador:

Aluizio Alves: 24.197 votos;

Djalma Marinho: 10.958 votos.

Para Prefeito de Natal:

Djalma Maranhão: 21.942 votos;

L. Barros (UDN) : 11.298 votos.⁷

A engenharia política de Djalma Maranhão havia sido vitoriosa. Sua coerência política fora reconhecida pelo eleitorado de Natal: em plano nacional vencera o nacionalismo (essa vitória tem mais significação quando confrontada com a esmagadora derrota de Lott nas demais capitais brasileiras); para governador ganhara a candidatura modernizante; e, Natal confirmara sua vocação de um voto independente e de esquerda. As posses de Maranhão e do vice prefeito Luís Gonzaga dos Santos (PTB) foram antecipadas para novembro de 1960 pelo Tribunal Regional Eleitoral, em decorrência da aplicação da Lei de Autonomia de Natal

Depois vieram a posse e a renúncia de Janio (1961), o Brasil esteve à beira da guerra civil, e a conciliação de Jango cria o parlamentarismo. A Guerra Fria divide a terra com o muro de Berlim e, do espaço, Gagarin reunifica a humanidade pois todos têm o direito ao azul da terra. Fidel passa pelo batismo de fogo: os cubanos derrotam a CIA americana na invasão da Baía dos Porcos. Na Prefeitura de Natal, Maranhão alia a escola pública ao movimento popular gerado pelos Comitês Nacionalistas e deflagra a luta pela erradicação do analfabetismo chamada de *Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler* (em capítulo mais adiante falaremos do administrador Djalma Maranhão). No ano seguinte (1962) todos os olhos se voltam novamente para Cuba: a retirada dos mísseis soviéticos da Ilha salva a humanidade da terceira guerra mundial, agora com armas nucleares. O Brasil é bicampeão mundial de futebol, no Chile. O imaginário masculino fica mais pobre: morre Marilyn Monroe. O filme brasileiro *O Pagador de Promessas* ganha a Palma de Ouro, em Cannes. E, como *a vida é um assunto local* (Chaplin) não custa lembrar que a coligação Aluizio-Maranhão começa a se deteriorar quando da repressão policial ao trote dos estudantes da Faculdade de Direito e toma um caminho sem volta quando o governador se torna garoto-propaganda e beneficiário

Natal, 1998.

⁷ - DIÁRIO DE NATAL de 8 de outubro de 1960.

da *Aliança para o Progresso*, esta a arma americana na América Latina para destruir a Revolução Cubana.

O ano de 63 começa com o plebiscito que devolve a Jango os poderes presidenciais e com estes ganha força a pregação das Reformas de Base. Um tardio atrevimento do General De Gaulle ameaça o litoral nordestino com a Guerra da Lagosta. *Oito e Meio* de Fellini chega aos cinemas. Morre nos Estados Unidos John Kennedy, abatido pelas balas da intolerância branca puritana. No Vaticano morre João XXIII que, como *Teresa*, não precisa pedir licença para entrar no céu.

1964 será sempre lembrado no Brasil como o ano do Golpe de Estado. Da Central do Brasil ao Automóvel Clube, Jango ainda saiu descobrindo o povo. Mas já era tarde e *Inez* morta. Nas costas do estado do Espírito Santo navegavam os marines americanos da Operação *Brother Sun* oferecendo apoio, petróleo e armas a Mourão Filho para dividir o Brasil da Guerra Fria (então, presumivelmente, quente). Jango recusa a guerra civil. Exila-se. A democracia brasileira (a tenra plantinha de que falava João Mangabeira) fenece. Os Beatles, de Liverpool, recebem um mandato da História para mudar o mundo.

Em Natal, em abril, Djalma Maranhão é deposto e preso. Desterrado para a ilha de Fernando de Noronha e depois transferido para um quartel do Recife, recebe no final do ano duas ordens de *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal para, então, ganhar a liberdade e tomar o caminho do exílio do Uruguai onde morreu em Montevideu (30 de junho de 1971).

Ao sair da prisão, Maranhão deverá ter descoberto que seu campo profissional, o jornalismo, era agora dominado por um gigante emergente chamado Sistema Globo de Televisão e a mídia reforçada pela alegria dos auditórios. Ao entrar na embaixada do Uruguai, no Rio de Janeiro, ele lança, ainda, um manifesto pelo *Correio da Manhã* (novembro de 1964) denunciando que *o General Fome está nas ruas*. Esta informação não chega, todavia, aos lares brasileiros – nas cidades, as casas são dominadas pela TV comandada pelos programas de Chacrinha e de Dercy Gonçalves.

Já no Uruguai ele deve ter tido notícias do novo filme de Glauber Rocha, *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, e que Mary Quant escandalizava o *fogg* londrino com a mini-saia. Naquele primeiro frio chuvoso de Montevideu deverá ter ouvido, também, a voz de Roberto Carlos, da Jovem Guarda, cantando:

- *Quero que você me aqueça neste inverno
e que tudo mais vá para o inferno.*

DJALMA MARANHÃO - O POLÍTICO

De 18 de novembro de 1959 a fevereiro de 1960, Djalma Maranhão, suplente de Deputado, pronunciou seis grandes discursos na Câmara Federal. Já eleito, e ainda não empossado, Prefeito de Natal, voltou ao Grande Expediente e, em 28 de outubro de 1960, pronunciou um discurso sobre seu conceito de nacionalismo. No exercício desse mandato de Deputado, de 27 de maio de 1959 até fevereiro de 1960, ele promoveu trinta intervenções no chamado “Pinga Fogo” apresentando vinte Projetos de Lei, diversas denúncias e moções várias. Sua produção política é abrangente: discute os grandes problemas econômicos do Rio Grande do Norte e propõe soluções específicas para cada um deles. Sua visão é igualmente abrangente em termos de regiões geográficas do Estado: litoral, sertão, tabuleiros, agreste, seridó etc.

Na questão econômica (tungstênio, algodão, sal, pesca), inclusive quanto aos meios de escoamento dessas riquezas (portos, navegação, ferrovias, rodovias), seu olhar é atento às formas produção, ao emprego de mão-de-obra e suas tecnologias e aos capitais estrangeiros que exploram e expoliam os assalariados. Seu sentimento sempre se manifesta em defesa da nossa terra e da nossa gente.

A tribuna da Câmara Federal é usada por Djalma Maranhão, no curto exercício de seu mandato, como uma caixa de ressonância para a discussão das grandes questões brasileiras. Sua voz se coloca na primeira linha da Frente Parlamentar Nacionalista e na pregação de seu ideário até hoje não alcançado: a denúncia do latifúndio e pela Reforma Agrária, a denúncia do imperialismo e por um governo popular e democrático.

I – OS DISCURSOS

1 – O TUNGSTÊNIO - O Diário do Congresso Nacional de 18 de setembro de 1959 publica o primeiro grande discurso de Djalma Maranhão. Trata do tungstênio e sua exploração econômica na região do Seridó sob a denominação de chelita. De forma erudita, o Deputado historia a origem do tungstênio (tung=pesado, sten=pedra) utilizado em coloração de cerâmica e porcelana chinesas, por volta de 1622, até a identificação do volfrâmio no minério pelo cientista sueco Scheele (1781), razão de sua identificação com a palavra scheelita.

No Brasil a chelita foi descoberta pelos cientistas Joel Dantas e Agostinho de Brito, sem ajuda oficial, no município de São João do Sabugi

(RN). A partir de junho de 1942 ocorrem sucessivas descobertas na chamada província metalogenética, a maior do mundo ocidental, localizada no Seridó, constituída de 30 municípios (21 no RN e 09 na PB). São subprovíncias nessa divisão geológica: Currais Novos, Jucurutu, Caicó, Santa Luzia, São Tomé.

A aplicação do tungstênio é essencial para as indústrias metalúrgica, mecânica, bélica, elétrica, ótica, automobilística. Sem esse minério teria sido impossível a construção das bombas nazistas V1 e V2 e jamais subiria aos céus o Sputnik soviético.

Nesse discurso o Deputado estuda formas de produção, capitais empregados e utilização de mão-de-obra e renda das principais minas em operação no Rio Grande do Norte: Rodó (Cerro Corá), Brejuí, Malhada Limpa e Barra Verde (Currais Novos), Malhada de Angicos (Jardim do Seridó), Bonito (São Rafael), Cafuca (Santa dos Matos), Quixaré (São João do Sabugi) e mais 15 a 20 minas, inclusive a de Quixaba no município de Santa Luzia, na Paraíba.

O âmago do discurso de Djalma Maranhão é formado por uma contundente denúncia do truste americano da Wha Chang. Ele demonstra a lesiva exploração da chelita no Rio Grande do Norte com dados: em 1948 o minério custava na boca da mina Cr\$ 18,00 e era vendido aos exportadores por Cr\$ 22,00 – em 1955 esses dados passam para 60,00 e 110,00, respectivamente. Antigamente os produtores nordestinos comerciavam diretamente com os americanos. Depois, foi estabelecido o truste: somente a Wha Chang vende aos EUA: compra na boca da mina a 60 ou 70 cruzeiros e vende na América do Norte a Cr\$ 600,00. A decadência do ciclo da chelita foi determinada pela Wha Chang entre fins de 1956 e fevereiro de 1957 quando mecanizou a extração do minério em Barra Verde (produção diária de 3 a 4 mil quilos) e impôs a queda brusca de preços: de Cr\$ 160,00 o quilo para Cr\$ 60,00. Lesa, igualmente, os fiscos federal, estadual e municipal, pois o faturamento é feito no Rio Grande do Norte a 17 dólares.

Parte importante do discurso de Djalma Maranhão é quando ele conta ao Congresso Nacional a história da Wha Chang. Diz ele:

Para chegarmos às origens da Wha Chang, teremos, em primeiro lugar, de recuar até à Guerra da Coréia. A Wha Chang era uma organização de capitalistas chineses aliados a capitalistas americanos e tinha seu campo de ação na Mandchuria. Quando os comunistas chineses ganharam a revolução e Chang-Kai-Chek teve que se refugiar em Formosa, a Wha Chang perdeu suas minas na Mandchuria. Lançou-se à luta para obter novas reservas desse mineral e se localizou na Coréia. A guerra coreana que o mundo pensa ter sido fratricida, foi alimentada friamente, arquitetada pelos trustes do tungstênio. O Paralelo 38 não foi

um divisor geográfico da Coréia mas o divisor do minério que se intensificava à medida que se ia subindo o ponto mais alto do Paralelo 39. Então, russos e norte-americanos ensanguentaram o solo coreano na luta tremenda, titânica e devastadora pela conquista do tungstênio daquele país. Quando chegaram à conclusão que não era conveniente mais, sob o ponto de vista econômico, continuar aquela luta, dividiram a Coréia em duas metades – uma ficou sob o controle americano outra sob influência soviética. Assim, o minério da Coréia foi repartido entre os dois grandes povos rivais da humanidade. Então, a Wha Chang deslocou-se para o Rio Grande do Norte e chegou até a região do Seridó e as máquinas que trouxe para Currais Novos, a Mina de Baixa Verde, ainda estão tintas do sangue do povo da Coréia.

Depois de historiar a questão do tungstênio e de fazer a veemente denúncia do imperialismo com uma demonstração prática, o Deputado Djalma Maranhão tem uma proposta concreta que apresenta à decisão do Congresso Nacional:

A instalação (em Currais Novos) de uma usina de fundição de matéria prima e obtenção do tungstênio metálico em barras, em pó e em fios. Esta usina deverá ter as mesmas bases estatais de Volta Redonda.

2 – O ALGODÃO. - O segundo discurso de Djalma Maranhão no Grande Expediente da Câmara Federal foi sobre o algodão e está publicado no Diário do Congresso Nacional de 23 de outubro de 1959. Essa fala é dividida em três partes: a)- análise histórica e econômica do papel do algodão no mundo; b) – o mesmo no Brasil, especialmente no Nordeste, seguida de denúncia aos trustes internacionais; c) – conclusões e apresentação de Projeto de Lei que defende o produtor nacional.

Na análise histórica destaca a função do algodão de proteção ao homem contra o frio, já nas primeiras civilizações, e, daí em diante, acompanha o prestígio desse artigo no desenvolvimento das sociedades (“Colombo era filho de tecelão”). Estuda o algodão na Revolução Industrial inglesa e na Guerra da Secessão americana; articula-o com os centros fabris de Osaska e às bolsas de Nova Iorque, Liverpool, Havre, Cairo, São Paulo e Bremen. Seu olhar vai do algodão do Tennessee durante o drama da Grande Depressão americana até Ferglana quando os soviéticos transformam o Vale Maldito do rio Amudarza num próspero algodão e encontra semelhanças desta zona semi-árida com o nordeste brasileiro.

Quando trata do algodão no Rio Grande do Norte, Djalma Maranhão começa homenageando José Augusto Bezerra de Medeiros, transcrevendo: “O gado levou o homem civilizado para o Seridó e o algodão expulsou o gado e fixou o homem à região”. Baseado em estudos do agrônomo¹³

Ursulino Veloso defende o Seridó como centro da produção, multiplicação e distribuição de sementes de fibra longa para todo o Brasil. Convoca o Governo a estar presente nas três áreas de estudo, proteção e implementação da cultura do “mocó”, as chamadas “Residências”: a) – Jardim do Seridó (Cruzeta, Acari, Caicó, São João do Sabugi, Caraúbas, Parelhas e Picui) – b) – Jardim de Piranhas (Serra Negra do Norte, Augusto Severo, Jucurutu, Brejo da Cruz e Catolé do Rocha) – c) – Currais Novos (Florânia, São Vicente, Santa Cruz e Cerro Corá).

Também neste discurso, Djalma Maranhão desvela a situação de dependência brasileira e a dominação do truste sobre a economia nacional. No exercício de seu mandato popular ele questiona os investimentos do Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda é obrigado a confessar, através do Aviso 173 de 6 de junho de 1959, que 90% do financiamento da safra do algodão do Rio Grande do Norte foram destinados às empresas estrangeiras SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil), Machine Cotton e Anderson Clayton e outras menores. A política dessas empresas que exploram a mão-de-obra nordestina é forçar a baixa dos preços enquanto mantêm juros extorsivos. O dinheiro brasileiro que vai para as mãos dos trustes é negado aos agricultores do Rio Grande do Norte – conclui o Deputado.

Na sua prática política de identificar problemas e propor soluções (jamais seu discurso é um palavrório vazio ou um oba-oba), Djalma Maranhão propõe ao Congresso Nacional a alteração da Lei 492, de 30 de agosto de 1937, através de um Projeto de Lei que assegure :

Os estabelecimentos de créditos oficiais destinarão seus financiamentos exclusivamente a firmas e empresas nacionais ficando impedidos de operar com firmas ou empresas estrangeiras e suas subsidiárias.

Nesse Projeto de Lei, em sucessivos parágrafos, o legislador Djalma Maranhão define o que é empresa estrangeira.

Nos atuais tempos brasileiros de final da década de 90, de neo-liberalismo e de globalização, poderá parecer por demais radical a proposta do deputado potiguar. Daí a necessidade histórica de contextualizar no final dos anos 50 e início dos 60 esse pensamento. Basta lembrar que, então, está o Brasil em meio do caminho do confronto da defesa da soberania nacional e da entrega de nossa política externa à Guerra Fria, isto é no meio do caminho do suicídio de Vargas (1954) e da efetivação do Golpe de Estado de 1964. Esse Projeto de Lei apresentado por Djalma Maranhão é coerente com os paradigmas de luta da Frente Parlamentar Nacionalista.

Por outro lado, se 90 % do financiamento oficial da safra do algodão no Rio Grande do Norte era destinado às empresas estrangeiras – o

corretivo aplicado pelo marxista Djalma Maranhão esteve à altura da teoria leninista da **curvatura da vara**, isto é, quando a vara está torta é preciso distende-la na direção oposta para, então, alcançar seu equilíbrio, isto é, a reta.

3 – O PORTO DE AREIA BRANCA. - No final dos anos 50, o Porto de Areia Branca, no Rio Grande do Norte, era responsável por 4,4% do total de fretes líquidos brasileiros e estava à frente dos portos de Manaus, Belém do Pará, São Luís, Fortaleza, Natal, Cabedelo, Maceió, Vitória e Florianópolis. A discussão sobre a construção de um porto continental em Areia Branca, todavia, já se arrastava há onze anos e surgia, então, uma solução considerada provisória que era o porto teleférico. Essa denúncia é feita por Djalma Maranhão ao recolocar para a Câmara dos Deputados a questão da necessidade de construção do porto continental (discurso publicado no Diário do Congresso Nacional de 13 de novembro de 1959).

O Deputado potiguar, como sempre, estuda o assunto sob diversos aspectos: Areia Branca é o sexto porto em operação no Brasil, interessando diretamente ao escoamento das indústrias do sal, petroquímica, de álcalis e de cimento nas regiões do Rio Grande do Norte (zona oeste) e mais do Ceará e da Paraíba com mais de um milhão de habitantes. Argumenta que o porto beneficiará toda a região do Nordeste e não somente ao Rio Grande do Norte. Apoiado em parecer de Luís Fausto de Madeira indica que Areia Branca, servida por estrada de ferro com ramais no Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, desfruta de excepcionais condições geográficas para o escoamento da produção nordestina. Demonstra isso medindo distâncias de pontos extremos: - a)- destino Souza: de Fortaleza, 873 Km.; de Cabedelo: 400 Km; enquanto de Areia Branca a distância é apenas de 285 Km; - b) - destino: Cajazeiras: de Cabedelo, 460 Km; de Fortaleza, 540 Km; enquanto de Areia Branca, a distância é, apenas, 310 Km; - c) - destino Crato: de Fortaleza, 600 Km, enquanto de Areia Branca a distância é apenas de 450 Km.

Baseado em estatísticas do Instituto Brasileiro do Sal de 1946 a 59, Djalma Maranhão demonstra a vitalidade do Porto de Areia Branca que escoava, também, gesso, algodão, óleos vegetais, cera de carnaúba, peles etc. Os anais da Câmara dos Deputados documentam que, em torno da discussão do Porto de Areia Branca, a bancada do Rio Grande do Norte se dividiu: enquanto Djalma Maranhão defende uma solução para toda a região nordestina e nisto é seguido pelos deputados Djalma Marinho e Clóvis Motta, o deputado Tarcísio Maia defende a construção do porto em Mossoró. Isso deve ter estimulado o deputado cearense Costa Lima a defender a localização do porto em Aracati.

4 – A SOBERANIA DO MAR DO BRASIL – A PESCA DO ATUM.

- Nos dias 23 e 24 de novembro de 1959, Djalma Maranhão ocupou a tribuna do Grande Expediente da Câmara dos Deputados para falar sobre a soberania do mar do Brasil. É uma grande denúncia contra o contrabando da pesca pelos japoneses. As estatísticas do IBGE não registram nenhuma exportação do atum nordestino, informa o parlamentar, e, no entanto, os trustes formados pela Tayo, Imbrape e Cotochiro e seus 14 barcos venderam dez milhões de toneladas do pescado nordestino (mais quatro milhões de toneladas capturadas em Santos) à Itália e aos Estados Unidos (esta última operação efetuada através de reembarques da Costa Rica, driblando, assim, a legislação protecionista americana). No litoral brasileiro, os barcos japoneses pescam, armazenam no navio-mãe (exemplo “Segami Maru”) que, sem nenhuma fiscalização alfandegária nem pagamento de imposto, navega para os portos do comércio internacional. Isso caracteriza o contrabando e afronta a soberania brasileira nos seus mares.

O deputado potiguar não se limita a essa denúncia. Oferece ao parlamento todo um estudo sobre os pescados como atum, destacando a chamada “albacora”, ou atum branco, como o de maior valor econômico e a localização de seus grandes cardumes no litoral do Rio Grande do Norte, frente aos portos de Natal, Baía Formosa e Caiçara. Documenta seu discurso com a história da pesca no Japão; a rota para o Atlântico; a pesca nos EUA e no Peru; os tipos de barcos atuneiros; as três tecnologias da pesca conforme o tamanho dos peixes; o consumo per capita ano (Brasil, dois quilos e 13 no Chile e 20 em Portugal, respectivamente); resgata o primeiro estudo sobre a albacora realizado nos litorais do Rio Grande do Norte e da Paraíba por Elzaman Magalhães, técnico da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, em 1938.

Documentalmente e dando nomes aos bois, Djalma Maranhão revela, baseado em denúncia do Comandante Nelson Hoffmann, da Marinha Mercante, o loteamento da costa brasileira pelos trustes japoneses e suas sedes de exploração econômica: a) - Belem (estaleiro da Keise Misene), b) – Recife (Indústria Brasileira de Pesca e Frio S.A. – Imbrape), c) – Rio de Janeiro (Ishik Wagima do Brasil), d) – Angra dos Reis (o testa de ferro Jorge Soares Duque Estrada), e) – Santos (Taiyo Gyogyo, Nippon Suisan e Nansei Suisan), f) – Santa Catarina (Sociedade Japonesa Chien & Cia Ltda). Ainda dentro desse política de ocupação e baseado em reportagem do Correio da Manhã de 29-9-1956, informa o assentamento de 500 famílias japonesas em Santa Rosa (RS) destinadas à exploração de mineração.

Djalma Maranhão contesta a legalidade dos contratos celebrados entre os japoneses e a Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, publicados no Diário Oficial I, de 24 de julho de 1957.

São fontes do discurso do deputado sobre a pesca e sua tecnologia nos 380 quilômetros do litoral potiguar: “Pesca no Rio Grande do Norte”, memória apresentada pelo técnico Nunes Pereira, do Ministério da Agricultura, ao Primeiro Congresso Econômico (1930) e ao Primeiro Congresso Nacional de Pesca (Rio, 1934); estudos dos naturalistas Alípio Miranda Ribeiro e E.G. Starks; e, ainda: Álvares da Cunha (almirante), Domingos de Barros, Eloy de Souza e Câmara Cascudo.

Uma reflexão sobre um litoral rico e os pescadores brasileiros que vivem na miséria completa o estudo do deputado Djalma Maranhão que apresenta um Projeto de Lei para superar essa situação. Sua proposta está baseada em cinco itens: nacionalização das empresas de pesca; câmbio de custo para aquisição de navios pesqueiros e equipamentos de pesca; levantamento da costa pesqueira do Grande Nordeste brasileiro; aprovação do Código de Pesca que se encontrava na Câmara desde 1951.

5 – O BRASIL E A LUTA ANTI-IMPERIALISTA. -

Não se faz luta anti-imperialista sem antes se fazer a reforma agrária – este pensamento de Djalma Maranhão colocado no meio de seu discurso *O Brasil e a Luta Anti-imperialista*, pronunciado na Câmara de Deputados em 12 de fevereiro de 1960, reflete bem sua concepção política universalista e totalizante que percebe as questões internas e externas do Brasil. O tema do discurso é o conceito de nacionalismo nos países subdesenvolvidos. Isto é, a reação ideológica interna à dominação político-econômico-social-cultural do imperialismo. Daí seu olhar abrangente à América Latina e Caribe, África e Ásia - seus exemplos às lutas políticas do Terceiro Mundo. Mesmo olhando para fora, ele não esquece de articular suas propostas políticas com as questões internas, das quais a mais importante era – e continua sendo – a reforma agrária. No pensamento político de Djalma Maranhão é importante perceber essa sintonia fina que não separa o geral do específico. Isso faz de Djalma Maranhão um pensador político que se antecipou ao seu tempo, no Rio Grande do Norte. Ele faz a articulação política cotidiana (os segmentos da sociedade, os partidos políticos, as conversas com peões e *coronéis*) mas seus olhos estão postos no horizonte aonde quer chegar com a construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

A questão da luta anti-imperialista é situada na História, pelo deputado potiguar, para ser melhor entendida hoje: Tiradentes e Frei Miguelinho; manifestações republicanas: florianismo, tenentismo de 22, 23, 24 e 30; Aliança Nacional Libertadora e Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo; articula nosso desenvolvimento político com as Frentes Populares de França e Espanha; situa a luta do “Petróleo é Nosso” como uma grande resposta do Brasil de pós-guerra ao imperialismo, especialmente à Standar Oil que, desmoralizada em sua campanha de que não havia petróleo em nosso subsolo passou, então, a proclamar que

“somente com o capital estrangeiro poderíamos explorar nosso ouro negro” – pois não tínhamos nem dinheiro nem técnica para tal.

Mais uma vez denuncia a questão do financiamento da safra de algodão de 1958 no Rio Grande do Norte no qual o Banco do Brasil destina noventa por cento do dinheiro às firmas estrangeiras. Cita Agamenon Magalhães, então Ministro do Trabalho:

A Anderson Clayton instalou-se no Brasil sem trazer da América do Norte um real, um vintém, um tostão. Instalou-se no Brasil com saldos congelados de firmas americanas que haviam ganho dinheiro aqui no Brasil [no tempo da guerra] e que não haviam transferido seus lucros para a América do Norte. Dessa maneira está operando com o dinheiro do Banco do Brasil.

Registra o Deputado: enquanto o Brasil for um país dependente, seremos um povo pobre, um país de mendigos. Conclui: desejamos um Brasil diferente. Este é o nosso caminho, a nossa missão, que não desejamos transferir aos nossos filhos, nem aos filhos de nossos filhos; é a missão de nossa geração que aí está, cabe levar adiante essa tarefa de libertar economicamente o Brasil.

Passados quarenta anos, não posso fugir à emoção ao trabalhar essas palavras de Djalma Maranhão. Primeiro, porque as denúncias feitas por ele ainda estão de pé, as feridas abertas. Segundo, pela vontade política assumida por ele: *esta a missão que não desejamos transferir para nossos filhos nem para os filhos de nossos filhos.*

Toda aquela geração falou isso (eu me lembro bem de meus discursos à época...) e assim resta um certo cansaço ao constatarmos que a tarefa está ficando para os filhos dos nossos filhos. Daí, possíveis desencantos que precisam ser corrigidos pela visão crítica global de um processo histórico vivido. Afinal, sabemos que a História não se dá no tempo de uma biografia. Quando muito podemos nos permitir ao consolo do verso de Bandeira: *A vida inteira que poderia ter sido e que não foi.*

6. – MESTRE CASCUDO. - Em março de 1963, quando da inauguração da Galeria de Arte, a DDC da Secretaria Municipal de Educação editou a plaquete *Cascudo – Mestre do Folclore Brasileiro* de autoria de Djalma Maranhão, baseado em discurso pronunciado na Câmara Federal (há um evidente equívoco de data pois a referência é ao ano de 1961 quando, então, o autor já exercia o mandato de Prefeito de Natal – assim, a data do discurso deve ser 1960).

Nesta fala, o Deputado faz um pormenorizado e carinhoso estudo da vida intelectual de Cascudo, sua produção etnográfica, histórica e folclórica e revela um ângulo pouco percebido quando diz:

Já em 1923 publicava [Casculo] seu primeiro estudo, 'Animais Fabulosos do Nordeste' quando o Folclore estava numa fase desanimadora para o interesse cultural brasileiro. Tinham morrido Silvio Romero e João Ribeiro e eram Gustavo Barroso, Lindolfo Gomes e Basílio de Magalhães os dedicados e mesmos heróicos estudiosos do assunto.

Casculo, criador da Sociedade Brasileira do Folclore, é identificado pelo Deputado como o autor da distinção dos termos História e Estória (1942) contribuindo, assim, para clarificar conceitos e criar conhecimentos. Relacionando a numerosa obra do escritor potiguar, toda uma trajetória vivida na província de Natal, Djalma Maranhão dá um testemunho: ... *é o menos dogmático, o menos doutrinário e o mais acessível dos Mestres. Costuma repetir a frase do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos: Ninguém me manda ! Todos me convencem.*

No dia 18 de fevereiro de 1960, no **Pinga Fogo** da Câmara dos Deputados, Djalma Maranhão faz um apelo à Academia Brasileira de Letras para que acolha o nome de Luís da Câmara Casculo na vaga deixada pela morte de Gustavo Barroso, este, também, de sua particular admiração e estima. Casculo recusa candidatar-se.

O episódio serve para revelar, mais uma vez, a grande alma de Djalma Maranhão que percebia o valor intelectual onde ele se encontrava e não se deixava prender por limites ideológicos: na Câmara Federal, o ex-comunista homenageava dois ex-integralistas.

7. – O NACIONALISMO. - Em 28 de outubro de 1960, Djalma Maranhão volta ao Grande Expediente da Câmara Federal, parece, pela última vez, pois, já está eleito Prefeito de Natal, apesar de ainda não empossado. Ele fala sobre o nacionalismo. Vem otimista, consagrado pelos votos das urnas natalenses daquele mesmo mês de outubro. Diz que *o nacionalismo ainda é um movimento, uma revolução em marcha para se transformar no futuro no mais poderoso Partido de toda a história do Brasil.* Até o momento suas profecias não se cumpriram. Pelo contrário. O estado de 1964 cumpriu a cartilha da Guerra Fria e uma reação à globalização no que ela traz de conteúdo ideológico, só o futuro dirá.

O importante neste discurso de Djalma Maranhão é a identificação que ele faz de *seu* nacionalismo. Acredito que sempre houve de sua parte uma preocupação em não ser confundido com manifestações nacionalistas nazi-fascistas nem da direita integralista. Assim, ele diz:

A polarização das forças está se deslocando rapidamente para nosso lado. É como se soprasse um vendaval. É o tufão nacionalista que vem da Ásia, das Américas e da África. Este vento já levou Sukarno, Nasser,

Nehru, Fidel Castro e tantos outros ao Poder. Este vento está varrendo a Argélia e o Congo e se espraia pelos quatro cantos da terra e agita as águas dos sete mares. Ele também está presente no Brasil. O sangue nativista começa a borbulhar. Estamos frente a frente com a Rebelião das Massas, teoria que os sociólogos difundiram e os nacionalistas levarão para o terreno prático.

É claro que é um nacionalismo de esquerda. E, mais uma vez ele diz que não se pode pensar em independência econômica sem antes reformular a política agrária, daí seu apoio aos projetos que a respeito transitam no Congresso, mas também seu apoio às Ligas Camponesas. Argumenta que a emancipação industrial não se fará com a ajuda do capital estrangeiro. Diz: *Precisamos é ter vergonha na cara e mandar para a cadeia os traidores que estão a serviço dos trustes.* E, finalmente adverte: *O nacionalismo é inimigo irreconciliável da corrupção. Estaremos contra todas formas de malversações dos dinheiros públicos.*

E, como para não perder a viagem, ou para afinar o linguajar que ainda guarda da campanha para Prefeito de Natal, denuncia, no Governo Federal, o DNOCS (Departamento de Obras contra as Secas) e o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) como “valhacouto de ladrões” e “símbolos da gatunagem organizada”.

Nesta despedida da Câmara Federal, Djalma Maranhão deixa seu apoio explícito a projetos em tramitação que considera de grande relevância para o Brasil: Remessa de Lucros para o Estrangeiro (Sérgio Magalhães), Nacionalização dos Depósitos Bancários (Lutero Vargas), Reavaliação dos Ativos (Temperani Pereira) e Eletrobrás (Governo Getúlio Vargas).

II - NO ‘PINGA FOGO’

O Pequeno Expediente da Câmara Federal, o chamado “Pinga Fogo”, foi a alavanca encontrada por Djalma Maranhão para carrear dinheiro para o Rio Grande do Norte e, através de Projetos de Lei, corrigir as deficiências crônicas da administração federal no estado. Pela Constituição de 46 os parlamentares tinham o poder de interferir no orçamento da União bem como abrir créditos nos diversos ministérios com a finalidade de financiar obras e serviços.

Pelo quadro abaixo é possível perceber algumas das iniciativas do deputado potiguar nessa estratégia e é interessante constatar que sua atenção se desdobra, mais uma vez, pelos campos mais variados e em atendimento às diversas regiões do estado:

DATA	INSTITUIÇÃO//SERVIÇO	VALOR Cr\$	MINISTÉRIO
27-5-59	Plano Rodoviário Federal- BR-64: Patu-Lucrécia-Mundo Novo-Martins-Ponta da Serra-Pau dos Ferros.	30.000.000,00	Ministério de Viação e Obras Públicas.
24-8-59	Plano Ferroviário Federal: São Rafael-Augusto Severo-Caraúbas.	30.000.000,00	Ministério de Viação e Obras Públicas.
19-11-59	Construção do Estádio Olímpico de Natal	15.000.000,00	Ministério da Educação e Cultura.
23-11-59	Construção da Estação Rodoviária de Natal	10.000.000,00	Ministério de Viação e Obras Públicas.
23-11-59	Saneamento e urbanização do Canto do Mangue (Natal)	5.000.000,00	Ministério de Viação e Obras Públicas.
23-11-59	Construção do Clube de Engenharia de Natal	2.000.000,00	Ministério da Educação e Cultura.
24-11-59	Aparelhamento do Laboratório de Análise Mineralógica de Natal	5.000.000,00	Ministério da Agricultura
24-11-59	Fixação das Dunas e Morros de Natal	5.000.000,00	Ministério da Agricultura
25-11-59	Construção do Dique Seco da Base Naval de Natal	50.000.000,00	Ministério da Marinha.
25-11-59	Construção do Cais de Inflamáveis de Natal.	2.000.000,00	Ministério de Viação e Obras Públicas.
1.2.60	Aquisição de sementes e mudas para Terras de tabuleiros	3.000,000,00	Ministério da Agricultura.

Fev. 60	Construção da Catedral de Natal e obras sociais da Igreja Católica.	10.000.000,00	Ministério da Justiça.
Fev.60	Saneamento da Cidade de Mossoró.	30.000.000,00	Ministério de Viação e Obras Públicas.
Fev. 60	Prêmio aos remadores do “raid” Natal-Rio da Yole RN-II.	600.000,00	Ministério da Marinha.

O “Pinga Fogo” vai servir a Djalma Maranhão, também, como uma tribuna de denúncias: da venda de nordestinos, retirantes da seca de 1959; do desvio de 30 milhões de cruzeiros destinados ao abastecimento d’água de Natal (resultado do Encontro dos Bispos do Nordeste) e que estariam sendo aplicados no Ceará; da suspensão por tempo indeterminado do registro de cooperativas de crédito nos ministérios da Fazenda e Agricultura.

Também assume o Deputado ações propositivas: criar uma Escola de Tratoristas em Goianinha e instalar um Banco de Sangue em Natal. Reclama do atraso na eletrificação do Rio Grande do Norte e do pagamento não efetivado das verbas destinadas ao Batalhão de Engenharia do Exército. Congratula-se com os trabalhadores marítimos dos portos de Macau e Areia Branca pela vitória alcançada em movimentos grevistas da categoria. Requer ao DNER e à SUDENE a aceleração das obras rodoviárias: Natal-Mossoró, Natal-Caicó e Natal-João Pessoa. Assegura os direitos de reconhecimento das condições de insalubridade aos aposentados dos extintos Serviços de Malária, Peste e Febre Amarela. Inclui nos anais da Câmara Federal entrevista do Juiz Gil Soares que denuncia o poder econômico no sistema eleitoral brasileiro. Faz o necrológio de Eloy de Souza, ressaltando sua contribuição aos estudos do Rio Grande do Norte (*Calvário das Secas*) e ao jornalismo.

Entre maio de 1959 e fevereiro de 1960 eram comuns os comentários nas rodas de conversas do Grande Ponto, em Natal:

- Você ouviu, ontem, a *Hora do Brasil* ?
- Ouvi. Djalma Maranhão falou sobre tal assunto e desancou o

Governo.

Finalmente, vale ressaltar que o Deputado Djalma Maranhão tem um curioso método de divulgar e louvar a história de sua terra: ele utiliza a Justificativa dos Projetos de Lei para isso. Assim é que conta as histórias de caridade do Padre João Maria ao apresentar o projeto sobre as obras da Catedral de Natal; fala da honestidade de Ari Parreiras, da construção da Base Naval e da Segunda Guerra Mundial quando do projeto para a₂₂

construção do Dique Seco; disserta sobre a vida dos homens do mar quando do prêmio para os participantes do *raid* Natal-Rio da Yole RN-II; nas correções aos planos ferroviário e rodoviário federais demonstra um saber específico sobre as ligações econômicas do Rio Grande do Norte; volta a falar da Segunda Guerra quando trata do caos inflamável de Natal.

Ele não esconde sua veia poética de amor à sua cidade – é assim que trata do projeto de lei sobre a fixação das dunas (24-11-59):

Natal é uma cidade que se localiza entre o rio e o mar, circundada pelas dunas e pelos morros. É a clássica visão do belo e do trágico. A beleza das areias alvadias confunde-se com o perigo das areias movediças.

DJALMA MARANHÃO – O ADMINISTRADOR E, AINDA, O POLÍTICO

- “Nesses últimos 15 anos apareceu algum prefeito para ouvir as reivindicações dos moradores dos bairros de Natal ?”- perguntou o então Prefeito José Agripino Maia.
- “Somente Djalma Maranhão”- respondeu uma das pessoas presentes à sede do Conselho Comunitário Soledade, situado às margens da estrada da Redinha.

Esta notícia está publicada no Diário de Natal de 19-10-1970. Ela comprova a construção do mito, saído da História: 15 anos depois da deposição, da prisão e do exílio, no imaginário popular, a liderança de Djalma Maranhão ainda era a mais presente na política de Natal. Isso tem uma explicação na trajetória da sua vida pública: a coerência; o saber construir uma relação democrática direta Prefeitura-Povo; a bravura e a verdade do discurso político: na imprensa, nas câmaras, nos palanques; a competência administrativa; a honestidade no trato do dinheiro público; as reiteradas manifestações de que não levava desaforo para casa, mas, também, a grandeza de ouvir o outro, principalmente os excluídos; a alegria de viver – beber, comer, cantar, dançar nos momentos das alegrias populares do carnaval, dos ciclos juninos e natalinos quando confraternizava com todos os que participavam dos autos e folguedos folclóricos e manifestações da cultura popular na cidade.

2. LIMITES – Djalma Maranhão administrou a Prefeitura de Natal por duas vezes. A primeira de 1956 a 1959, nomeado pelo Governador Dinarte Mariz em função da vitória eleitoral da aliança UDN-caféismo nas eleições de 1955. A segunda, de novembro de 1960 a 2 de abril de 1964, quando foi eleito por voto direto em aliança com Aluízio Alves, apoiando a chapa nacionalista Lott-Jango.

Quando se estuda a administração do Prefeito Djalma Maranhão percebe-se que sua principal marca é a educação: a erradicação do analfabetismo. E à memória vem logo sua obra maior, a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, complementada pela sua co-irmã, a Campanha De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão, isso dentro de um fundo de quadro que foi sua política orgânica de valorização da cultura popular. Excepcionalmente não seguiremos esta trilha, pois sobre o tema já fala o autor em um de seus livros do exílio, aqui resgatado. Para um aprofundamento maior do assunto, remetemos à bibliografia já₂₄

editada.⁸ Superado, assim, estes temas, resta-nos efetuar alguns cortes que possibilitem ao leitor uma maior visibilidade da obra administrativa do Prefeito Djalma Maranhão – é o que tentaremos fazer a seguir, apoiados em uma documentação precária, restos do incêndio inquisitorial do Golpe de 1964 e levados, ainda, pela memória de uma convivência e de um trabalho político comum de doze anos, de 1952 a 1964.

3. TRANSPARÊNCIA – Prestar contas ao povo sempre foi uma grande preocupação do Prefeito Djalma Maranhão. Daí seus critérios de transparência em todos os atos da administração pública, a partir da arrecadação e aplicação dos recursos financeiros. Empossado em novembro de 1960, já em 15 de dezembro do mesmo ano mandava à Câmara Municipal um projeto de lei instituindo o Código Tributário do Município. Na Mensagem (68/60) afirmava que ele era “produto de um estudo acurado e consultando o interesse coletivo”. Mal saído de uma campanha em que expusera seu lado esquerdista, o Prefeito punha as barbas de molho e avisava na mesma Mensagem: “o referido projeto de lei [foi] esboçado em harmonia com as classes conservadoras do Município (...)”.

Para explicitar a transparência de sua administração, o Prefeito mantinha um programa radiofônico semanal intitulado “O Prefeito presta contas ao povo” e, regularmente, a Secretaria Municipal de Finanças, dirigida por Roberto Brandão Furtado, expedia boletins informativos aos contribuintes. Um exemplo destes é a comunicação datada de abril de 1963 que dizia, entre outras coisas: “Os dinheiros arrecadados do povo por meio de impostos deve reverter a esse mesmo povo como benefícios e melhoramentos de uso comum. Vossa Senhoria como contribuinte da Fazenda Municipal tem o direito de saber o destino dado ao seu dinheiro, acompanhando a demonstração do movimento econômico-financeiro da Prefeitura”. Uma série de dados informava, então, que a Lei Orçamentária de 1962 fora aprovada DEFICITÁRIA (Receita prevista: Cr\$ 270.103.000,00 – Despesa fixada: Cr\$ 330.896.650,00 – Conseqüentemente, Déficit previsto de Cr\$ 60.793.650,00). Mas, a execução orçamentária modificara o panorama inicial, transformando o déficit em SUPERÁVIT (Receita arrecadada: Cr\$ 407.317.059,70 – Despesa efetuada Cr\$ 405.314.113,90 – Superávit: 2.002.945,80). Informava, ainda, sobre ativos e passivos, concluindo que, à época, a Prefeitura apresentava um patrimônio líquido de Cr\$ 92.067.275,70. Era a demonstração do êxito da política financeira de Natal.

⁸ - GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo: a Campanha De Pé no Chão...* São Paulo, Cortez / Autores Associados, 1989 – OLIVEIRA, Janilson Dias. *De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão*. Natal, ETFERN, Secretaria de Comunicação Social, 1993. – GÓES, Moacyr de. *De Pé no Chão também se Aprende a Ler, Uma Escola Democrática (1960-1964)*. São Paulo, Cortez Editora, 1991. – CUNHA, Luiz Antônio & GÓES, Moacyr de. *O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985 (em 1999, décima edição).

Finalmente, dizia o Boletim da Secretaria de Finanças que na formulação das despesas efetuadas no exercício de 1962 concorreram as obras seguintes:

- Centro de Formação de Professores (no Baldo, já em funcionamento);
- Galeria de Arte (na Praça André de Albuquerque, já concluída);
- Mercado das Rocas (já com a construção em fase de cobertura);
- Estação Rodoviária (na Ribeira, com as fundações e placas de primeiro andar já prontas);
- Palácio dos Esportes (na Praça Pedro Velho, com fundações e estruturas metálicas já concluídas);
- Iluminação a vapor de mercúrio e fluorescentes (nas ruas João Pessoa, Ulisses Caldas e Avenida Rio Branco);
- Asfaltamento das artérias principais;
- Aquisição de equipamentos mecânicos;
- Galerias pluviais (na avenida Afonso Pena, Lagoa Seca e Baldo);
- Duas Bibliotecas Populares;
- Restaurações de praças públicas, construção de onze (11) quadras de esportes e dez (10) parques infantis e as demais obras programadas prosseguiram, sem solução de continuidade.

Resta lembrar que Djalma Maranhão e seu secretário de finanças, Roberto Furtado deixaram a Prefeitura sem ter tido tempo de fechar as gavetas, depostos que foram pelo Golpe de Estado de 1964 e, nem os mais façanhudos direitistas da administração que se seguiu, conseguiram denunciar desvios do dinheiro público. Pelo contrário: os boatos imbecis que então correram é que era impossível fazer tantas obras com tão poucos recursos e, certamente haveria dinheiro mandado pelos chineses, por isso iam ser feitas escavações nas fundações do Palácio dos Esportes, pois, certamente lá, encontrariam o **Ouro de Moscou** (no caso, de Pequim, uma vez que, no Rio de Janeiro, uma delegação comercial chinesa estava presa, respondendo IPM, acusada de subversiva – o maior vexame para um país que se queria sério...) !

4. COMUNICAÇÃO - A grande escola na vida de Djalma Maranhão foi o jornalismo. Fundador do *Monitor Comercial*, que informava ao comércio local sobre a chegada e cargas dos navios. Fundador do *Diário de Natal* quando percebeu que era necessário criar uma opinião pública favorável à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial para derrotar o nazi-fascismo. Diretor do *Jornal de Natal*, órgão criado por Café Filho para efetivar sua participação na política do estado.²⁶

Fundador e proprietário da *Folha da Tarde* que, dos anos 50 até o Golpe de 1964, sustentou as causas nacionalistas e populares, defendeu a reforma agrária e denunciou a corrupção e todas as formas golpistas da direita nos governos de JK, Jânio e Jango.

Foi nessa escola que Djalma Maranhão aprendeu a usar uma comunicação direta com o povo e vai utilizar esse estilo no exercício de Prefeito. Se a questão era erradicar o analfabetismo ele dizia: “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”. Se o problema era acrescentar o trabalho à escola ele afirmava: “De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão”. Quando se propôs a pavimentar a cidade e não tinha dinheiro criou o programa “O proprietário [da residência] dá a pedra e a Prefeitura a mão-de-obra”. Ao se sensibilizar, ecologicamente, pelo reflorestamento da cidade mandou o Horto Municipal distribuir mudas à população e foi para o rádio lançar a campanha “Plante um Coqueiro em sua Casa”. Num desdobramento da *Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler*, partiu para plantar bibliotecas públicas, através da Diretoria de Documentação e Cultura da Secretaria Municipal de Educação, dirigida por Mailde Pinto - todavia, mais uma vez, não tinha dinheiro para isso. Então embarcou numa kombi com microfone a foi dizer nas ruas e nas praças: “O livro que está sobrando na sua estante é o livro que está faltando nas mãos do povo”. Um programa radiofônico, diário, de meia hora nas rádios Nordeste e Brejuí [ou Trairi?], dirigido pelo Centro de Formação de Professores, através da professora Diva da Salete Lucena, noticiava as atividades educacionais e culturais da Prefeitura e arrecadava livros. Nas Praças de Cultura foram instaladas bibliotecas populares (Monteiro Lobato, Castro Alves e a da Concha Acústica, esta, na Praça André de Albuquerque). Nos 10 Acampamentos da Campanha De Pé no Chão funcionou um sistema de rodízio pelo qual o acervo de uma caixa de cem a cento e vinte livros se transformava, após um ano, numa circulação de mais de mil livros. Já então a Prefeitura investia alguns recursos na aquisição de estantes básicas para ofertas de livros.

Todo esse esforço de democratização da cultura (uma das formas da administração se comunicar com a coletividade) acabou nas mãos do Almirante Tertius Rebello (que tomou a Prefeitura após a deposição e prisão de Djalma Maranhão), o qual dá conta de sua tarefas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Saúde na sua Mensagem 1/65 à Câmara de Vereadores, listando já na letra “a”:

“Retiradas das escolas e bibliotecas municipais de livros e publicações de subliteratura e de conteúdo político pernicioso”(grifos nossos).

E foi assim que Natal conheceu, também, o seu **Fahrenheit 451**.⁹

⁹ - GÓES, Moacyr de. *De Pé no Chão também se Aprende a Ler – Uma Escola Democrática (1960-1964)*. São Paulo, Cortez Editora, 1991, pag. 152.

5. – INOVAÇÃO – A manutenção das atividades rotineiras da Prefeitura foi preocupação de Djalma Maranhão. Ao lado desta, todavia, houve sempre outra: a inovação. O natalense percebeu que o administrador estava sempre com os olhos postos no futuro, à frente de seu tempo. É fácil listar as iniciativas administrativas em que sua administração foi a primeira a fazer. A primeira rua asfaltada foi de seu tempo, como também o primeiro telefone público instalado (no largo da Feira das Rocas). Iniciou a construção do anel rodoviário com a avenida de contorno; fez a primeira estação rodoviária (na Ribeira, na intenção de revitalizar o tradicional bairro). Num tempo em que a máquina de lavar roupa ainda não chegara às residências e as lavadeiras se curvavam nas águas do Rio das Quintas numa função penosa – ele construiu a primeira lavanderia pública e mais: lá abriu uma escola para que as trabalhadoras estivessem próximas aos filhos e estes tivessem oportunidades de estudar. O primeiro ginásio municipal coberto foi o Palácio dos Esportes, na Praça Pedro Velho.

O primeiro programa de construção de casas para os funcionários municipais foi realizado na administração de Djalma Maranhão e na sua Mensagem à Câmara de Vereadores (28 de junho de 1961) ele diz: “o bem estar da coletividade é uma preocupação dos administradores bem intencionados”. No artigo 12 desse Projeto de Lei está definida a continuidade do programa: “O Orçamento da Prefeitura Municipal de Natal a partir de 1962 consignará uma dotação nunca inferior a Cr\$ 5.000.000,00 na rubrica Casa Popular que somente poderá ser empregada na construção de casas ou aquisição de terrenos, nos termos da presente lei”.

A Praça de Cultura – integrando parque infantil, quadra polivalente de esportes, biblioteca e jornal mural, serviços de cinema, som e televisão e organização de debates com a comunidade (inspirada em experiência do Movimento de Cultura Popular do Recife) foi criação dessa administração. A mobilização de editoras e livreiros para venda de livros e encontro com escritores e artistas eram feitos nas praças e na Galeria de Arte. Nas festas de Santo Antônio, São João e São Pedro, no Ciclo Natalino (de dezembro a 6 de janeiro, Dia de Reis, na Limpa), no carnaval – os palanques da Prefeitura abrigavam o melhor do folclore e dos autos populares, as danças e os cantares da cidade.

E “todos os anos ia [Djalma Maranhão] à Taba dos Guaranis beber *cauim* com o Cacique Bum-Bum”, como bem lembra, em tese acadêmica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o professor Vicente Tadeu Pieretti.¹⁰

¹⁰ - PIERETTI, Vicente Tadeu. *Djalma Maranhão – Um Conscientizador das Classes Populares ?*. Natal, UFRN, 1992.

Os atuais Conselhos de Comunidade e Guarda Municipal tiveram suas origens nas Sociedades Amigos dos Bairros e na Guarda Montada Joca do Pará – fundações da administração do Prefeito Djalma Maranhão.

Mesmo sem abordar, aqui, a questão da educação, é impossível não lembrar duas iniciativas pioneiras suas neste campo: a criação do ensino médio com a fundação do Ginásio Municipal (já na sua primeira administração) e a criação do ensino médio normal com a fundação do Centro de Formação de Professores. Estas competências do Governo Estadual (de comprovação insuficientes), foram assumidas pelo Município com coragem e ânimo de vencer um desafio.

Finalmente, estudando-se o Projeto de Lei que funda o Centro de Formação de Professores da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler (Mensagem 57/62, de 22 de novembro de 1962), percebe-se a inovação dentro da inovação: o CFP não é um a escola normal comum. Em seu artigo segundo estão definidas modalidades amplamente diversificadas de administração do ensino: a)- Cursos de Emergência (destinados ao treinamento de Regentes de Classes para Natal e para o interior do Estado); b) – Curso Ginasial Normal (para treinamento de Instrutores de Ensino, preparando pessoal desde a primeira e segunda séries para Campanha De Pé no Chão); c) – Curso Colegial Normal (para a formação de professores). Na correta leitura da realidade de um magistério de predominância de quadros leigos, o CFP se preparava para atuar no hoje (de 1962) e no amanhã. E é com esse senso crítico do dinamismo histórico de um processo político-educativo que afirma, ainda, o Projeto de Lei: “Concluída a fase do Plano de Emergência de Educação, que é a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, o Centro ora criado se transformará, automaticamente, no Instituto de Educação Municipal, com Regimento Interno específico”. E a Mensagem 57/62 explicita: “Este será o plano a longo alcance e que, depois da erradicação do analfabetismo, será o grande estuário por onde correrá o rio normal da formação da educação pública natalense”.

Aprovado pela Câmara Municipal, o projeto de lei se converteu na lei 1.301, de 27 de dezembro de 1962, e o CFP, que já vinha funcionando de fato, ganhou seu diploma de direito, sob a direção da Professora Margarida de Jesus Cortez, Coordenadora Pedagógica da Campanha desde 1961. A autorização do Conselho Estadual de Educação e Cultura chegou um pouco mais tarde (Resolução 20/63, publicado no Diário Oficial de 14 de setembro de 1963), sendo seu relator o então Monsenhor Nivaldo Monte.

6. – PARTICIPAÇÃO – A prática político-administrativa de Djalma Maranhão foi a busca de participação. Para essa discussão poderíamos colar inúmeros exemplos. Trabalharei com duas das

mensagens enviadas à Câmara de Vereadores nas quais é visível seu ânimo de integrar a sociedade civil – trabalhadores, empresários, intelectuais – na administração municipal. A primeira é de 3 de maio de 1962 (Mensagem 29/62), cria uma sociedade de economia mista por ações sob a denominação de Transportes Urbanos de Natal (TUNA) e a segunda é de 25 de abril de 1963 (Mensagem 12/63), cria, no mesmo estilo, a Companhia de Abastecimento de Natal (CAMPANA). Nos dois órgãos propostos são criados conselhos consultivos com as seguintes composições: a) - TUNA: representantes do Executivo e do Legislativo municipais, da Federação das Indústrias, da Associação Comercial, da Classe Estudantil, das Classes Trabalhadoras, das Classes Liberais, da Imprensa e do Rádio, do Sindicato dos Bancos, da diretoria da empresa (art. 16); b) - CAMPANA: igual composição, excluindo-se as representações estudantil e de formação liberal (art. 14). Caberia aqui um *sic* e sua explicação: era comum, à época, as expressões “classe estudantil” e “classe liberal” – conceitos que não encontrariam guarida no universo acadêmico de hoje.

O importante nesse corte de estudo é constatar o ânimo político de Djalma Maranhão em integrar a vontade política da coletividade, isto é, da sociedade civil organizada, à sua administração. Aliás, a prática política de Maranhão foi sempre a de organizar coletivos sociais e ouvi-los em discussão. Daí tirar propostas do governo. A erradicação do analfabetismo veio a constituir a “educação e cultura como meta número um” porque isso foi decisão da Convenção dos Comitês Nacionalistas da campanha eleitoral de 1960.

As reuniões dos Círculos de Pais e Professores da Campanha De Pé no Chão (muitas vezes presididas pelo próprio Prefeito), se transformaram em fóruns de discussão sobre a realidade social e formulação de políticas públicas. Foi assim que, após vários debates no Acampamento Escolar e mobilização da população do bairro Nordeste, a água e, depois, a energia elétrica chegaram àquele bairro, próximo à margem direita do Potengi, em frente a Igapó.

Não me detive em detalhar a importante função dos Comitês Nacionalistas na campanha e no Governo de Djalma Maranhão (o que demonstra sua constante prática de participação popular e anula alguns momentos seus de voluntarismo) porque já ampla bibliografia sobre o assunto tem sido editada. Mas não me furto de transcrever um depoimento de Janilson Dias de Oliveira:¹¹

“Particularmente, lembro de meu pai Pedro Vilela de Oliveira na presidência da Sociedade Beneficente Amigos das Quintas, juntamente com Alfeu Ferreira da Silva e José Avelino da Silva, - este último, proprietário da Amplificadora e do Cine São José – o

¹¹ - OLIVEIRA, Janilson Dias de. *De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão*. Op. Cit. p. 15. 30

qual cederá suas instalações para que ali funcionassem, também, escolas de alfabetização. Recordo que muitas decisões foram tomadas em reuniões realizadas em nossa residência, na rua São Geraldo, número 65, sede de um dos Comitês Nacionalistas.”

E, “para não dizer que não falei de flores”, como mais tarde cantaria Vandr , aqui fica o registro: em uma popula o de 160 mil habitantes e eleitorado de pouco mais de 36 mil votantes, de janeiro a fins de setembro de 1960, em Natal, funcionaram 240 Comitês Nacionalistas, também conhecidos como Comitês Populares ou Comitês de Rua.¹² Em todos eles o debate se fazia em duas vertentes: as questões locais: (escola, saúde pública, emprego, transporte, pavimenta o etc) e as questões nacionais (a democracia, o latifúndio e o imperialismo). Esta é a melhor moldura para o estudo sobre Djalma Maranhão e a participa o popular. Por isso escrevi certa vez:

*“Em 1960, em Natal, o discurso político muitas vezes nasce de baixo para cima, a partir das classes subalternas”*¹³.

7. – UM DIVISOR DE ÁGUAS. – As Mensagens anuais do Executivo ao Legislativo, entregues   Câmara de Vereadores, tradicionalmente, em primeiro de abril, revelam muito do programa administrativo de Djalma Maranhão e também de seu pensamento político. Exemplifiquemos com a de 1962. O ano de 1961 fora o da renúncia de Janio e o país estivera   beira da guerra civil. Assim, a questão política era um nervo exposto. O Prefeito não limita seu olhar às questões municipais e expressa sua preocupa o ao nível nacional. Diz:

“Todas as análises sócio-econ micas honestas feitas no Brasil de hoje revelam o descomprometimento e o divórcio da superestrutura política e jurídica com a agitada e angustiante realidade social e econômica do país. Esse imenso vazio entre a realidade econômico-social e a organiza o político-jurídico-administrativa condena o país a uma demorada permanência no subdesenvolvimento e arrasta o seu povo a uma indigência degradante de cuja responsabilidade os governos não podem eximir-se (...). O Brasil vive uma fase explosiva de sua história, cujos momentos cruciais são os que resultam do impacto da ofensiva calculada das forças econ micas internacionais aliadas aos setores nativos mais conservadores e refratários a uma dinâmica progressista de governo”.

¹² - O Comitê Central, que assumiu a campanha Lott-Jango-Maranhão-Gonzaga e, posteriormente, Aluízio-Walfredo, foi integrado por Luiz Maranhão Filho, Moacyr de Góes, Ticiano Duarte, Oliveira Júnior, Pretextato José da Cruz, Helion Ramalho, Francisco Sales da Cunha, Antônio Cortez e Caubi Barroca (in jornal *Folha da Tarde* de 19 de janeiro de 1960).

¹³ - GÓES, Moacyr de. *De P  no Chão..* Op.cit. p. 35.

Depois de lamentar a falta de recursos financeiros para fazer frente às demandas do município e as emperradas engrenagens que limitam a ação administrativa, Djalma Maranhão fala sobre as verdades de sua cidade:

Natal cresce, é verdade. Mas cresce apenas horizontalmente, sem indústrias, sem aumento da riqueza social, com uma população ativa concentrada na atividade comercial e setores de serviço, com renda per capita das mais reduzidas (...). A pobreza geral da cidade torna insignificante e diminuta a capacidade tributária do Município (...). As práticas improvisadas e repetidas sucessivamente através dos anos deram origem a uma técnica de administração municipal hoje totalmente ineficaz (...).

O administrador quer romper esse ciclo vicioso e propõe, em 1962, a política que até hoje está em inumeráveis discursos e pouco realizada na prática. Diz ele:

... o divisor de águas entre a antiga e a moderna orientação administrativa é a introdução de um novo elemento conotativo que, ao lado do interesse público, dinamiza e impulsiona as administrações progressistas: o interesse social. (...). Realizamos a aproximação da máquina administrativa com a realidade social da cidade, preenchendo considerável parte do vácuo que se interpunha entre elas.

A Mensagem volta a discutir a questão nacional e o Prefeito reafirma seus compromissos com a democracia e a legalidade da posse de Jango, depois da crise de agosto de 1961, e diz palavras proféticas, como se estivesse antevendo o que sucederia, exatamente, dois anos depois:

O respeito à integridade dos pronunciamentos populares é o pino de segurança da continuidade democrática (...).

Outra Mensagem do Prefeito que seria da maior importância discutir é a de 1964, entregue à Câmara de Vereadores pelo Secretário de Finanças, Dr. Roberto Furtado, quando os militares já ocupavam a cidade em função do Golpe de Estado. Em pesquisas que fiz na Câmara Municipal e na Prefeitura de Natal não encontrei esse texto. Recorri, oficiosamente, ao Ministério da Justiça, em 1979, pois havia informações que ele teria sido anexado aos arquivos da CGI (Comissão Geral de Investigações). Esforço baldado. Daí minha frustração quando escrevi: “ Um dia, talvez, um *brasilianist* tenha acesso aos processos da CGI e, então, a História será escrita via Estados Unidos”.¹⁴

8. – LIDERANÇAS. - Quando o Estado Novo caiu, em 1945, a fórmula “Todo Poder ao Judiciário” levou ao Governo do Rio Grande do Norte o Desembargador Seabra Fagundes, Presidente do Tribunal de Justiça. Apartidário, pois era juiz, tinha, todavia, alguma simpatia pelo cafeísmo (mais tarde, em 1954, será Ministro da Justiça da presidência

¹⁴ - GÓES, Moacyr de. Op cit. p. 31.

Café Filho). Seabra Fagundes presidiu de forma limpa a eleição e voltou para casa, isto é, o Judiciário. No campo político, os votos passaram a ser disputados pelo PSD (João Câmara-Georgino Avelino) e pela UDN (Dinarte Mariz), os dois partidos, filhos do mesmo pai, o velho Partido Popular de José Augusto Bezerra de Medeiros – a melhor expressão da velha oligarquia potiguar sertaneja. Competindo como terceira força ficou o deputado Café Filho, de formação urbana e base sindicalista, “tenente civil” da Revolução de 1930. PSD e UDN se sucederam no Governo (José Varela e Dinarte Mariz). Em 1950, Café Filho, candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, andou às turras com a hierarquia da Igreja Católica que lhe vetara o nome através da LEC (Liga Eleitoral Católica). No poder, Café Filho foi cooptado pela UDN e, então, nacionalmente, rebatizado pela Igreja. Ficaram na província, todavia, alguns arranhões mútuos (hierarquia católica-cafeísmo).

Nos anos 60, o lacerdista Aluizio Alves exercita uma arrojada engenharia política de “marcha de flanco” que resulta no racha da UDN e é acolhido pelos seus adversários da aliança PSD-PTB, elegendo-se Governador. Então, o Rio Grande do Norte testemunha o confronto do aluizismo *versus* dinartismo, o mais violento “racha” das oligarquias sertanejas (o que não impedia uma prática política de retroalimentação, isto é, um precisava do outro para se reafirmar politicamente). Na Prefeitura de Natal, eleito pelo voto direto, encontra-se Djalma Maranhão, herdeiro de Café Filho, representante de uma terceira força – urbana, de base sindical – que assume, ideologicamente, as bandeiras democráticas da esquerda nacionalista.

Assim, dos anos 20 até aos 50, Natal conheceu uma só liderança expressiva de militância urbana: João Café Filho que, a partir da segunda metade dos anos 40 conta com o apoio de Djalma Maranhão, então egresso do PCB. Na segunda metade dos anos 50, quando Café já caminha para o ocaso, emerge a nova liderança urbana de Natal: Djalma Maranhão.

Não deve ser esquecida aqui uma aliança que foi muito importante para Djalma Maranhão – a do vice-prefeito Luís Gonzaga dos Santos, presidente do Diretório Municipal de Natal do PTB, que reforçou, com seu desempenho político e no exercício da presidência da Câmara de Vereadores, a defesa de postulados nacionalistas. Por outro lado ele dava seu respaldo trabalhista à aliança do Prefeito de Natal com o Presidente João Goulart.

9. – OUTRA LIDERANÇA URBANA, ESTA NÃO PARTIDÁRIA.

No final dos anos 50, um dado novo vem se acrescentar a esse panorama: o surgimento de uma nova Igreja Católica que vai além da

pastoral e passa a exercer uma liderança política efetiva, embora não partidária, na pessoa de Dom Eugênio Sales, Arcebispo de Natal. Impulsionada pelo desenvolvimentismo do governo de JK; pelo Concílio Vaticano II (positivamente); pela Revolução Cubana (negativamente); pelo Encontro dos Bispos do Nordeste, que apoiou a criação da SUDENE; pela participação na luta contra a pavorosa seca de 1958 que se abateu sobre o Nordeste; pela crise brasileira que afrouxa os controles sociais sobre os camponeses e possibilita a emergência de demandas de alfabetização e de organização política - a Igreja, neste novo contexto, deixa a pastoral de sacristia e chega à arena política para disputar um novo espaço. Dom Eugênio Sales é a liderança competente que organiza essa Igreja, criando no Rio Grande do Norte uma complexa rede de organizações de apoio político: FTR (Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte), FPPT (Federação dos Pequenos Proprietários de Terra), FTA (Federação dos Trabalhadores Autônomos), MEB (Movimento de Educação de Base), SAR (Serviços de Assistência Rural), Emissora de Educação Rural (serviços radiofônicos de alfabetização e orientação rural), AC (Ação Católica) - que mobiliza intelectuais, profissionais liberais e camadas médias da população e seus desdobramentos: JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JOC (Juventude Operária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), revitaliza os antigos Centros Operários (organizações urbanas de tradição conservadora) e renova o jornal católico *A Ordem*. Quando chega o Golpe de Abril, a Igreja tem criado sessenta e seis sindicatos rurais no Rio Grande do Norte que disputam a adesão de filiados com as Ligas Camponesas de Chico Julião e com a ULTAR (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Rurais), de orientação comunista.

Assim, estão plantadas no Rio Grande do Norte, com sede em Natal, duas lideranças políticas urbanas (uma partidária, outra não) que não dependem das oligarquias sertanejas: Djalma Maranhão e Dom Eugênio Sales. Curiosamente, suas origens familiares são interioranas (o Prefeito de Natal é neto de senhor de engenho), mas suas formações e práticas são exercidas a partir da cidade. Este fato novo criará desdobramentos.

No curso de sua vida pública, Djalma Maranhão teve um bom relacionamento com a catolicidade. O Arcebispo Dom Marcolino lhe dedicou um soneto quando, em 21 de novembro de 1957, no seu primeiro governo, Djalma Maranhão, em ato público, reconheceu Nossa Senhora Aparecida padroeira de Natal.¹⁵ Foi bom companheiro do Monsenhor Paulo Herôncio de Melo na Revolução de 30. Manteve uma cumplicidade de admiração mútua com Dom Nivaldo Monte, com o Cônego Luiz

¹⁵ São os seguintes os dois tercetos do poema do Arcebispo Dom Marcolino: “Chamam-te os Natalenses – Mãe querida ! / Somos teus filhos no correr da vida / E amar-te e sempre amar-te é nosso ideal. / E Djalma Maranhão, nosso Prefeito, / Vai decretar que és, de total direito, / A Cidadã Insigne de Natal”. 34

Wanderley e com o Professor Ulisses de Góes. Desenvolveu com a freira Rosali, Irmã de Caridade, um trabalho social comum em favor dos pobres das Rocas. Nomeou o Monsenhor Landim para o Ginásio Municipal, para a cadeira de ensino religioso.

Outras manifestações de aproximação com a Igreja ainda podem ser registradas: como Deputado Federal, em fevereiro de 1960, abriu um crédito de dez milhões de cruzeiros para as obras da nova catedral de Natal, oportunidade na qual, na justificativa, celebrou a vida de caridade do Padre João Maria, chamado por ele de o “Dom Bosco do Rio Grande do Norte”; decretou no Município luto oficial quando do falecimento do Papa João XXIII (decreto 618, de 4 de julho de 1963); reconheceu de utilidade pública a Congregação Mariana de Natal (lei 1.322/63) e o Seminário São Pedro (lei 1325/63).

Apesar disso, as relações pessoais Dom Eugênio-Djalma Maranhão eram distantes, embora, respeitadas. Eram duas lideranças fortes que marcavam posição no campo ideológico, sem abrir a guarda. Cada um fez questão de seguir seu próprio caminho. Em uma oportunidade, pelo menos, o confronto chegou às páginas da imprensa - quando da realização em Natal do IV CLAE (Congresso Latino-americano de Estudantes). Na ocasião, apoiada pela Arquidiocese, houve uma mobilização de católicos conservadores para hostilizar a representação estudantil de Cuba socialista (uma passeata de mulheres, de terço em punho e rezando alto, invadiu as dependências do Teatro Alberto Maranhão onde se realizava o conclave, exorcizando demônios). O Prefeito Djalma Maranhão saiu em defesa dos estudantes com o ímpeto que lhe era característico, inclusive através de nota oficial em seu jornal *A Folha da Tarde*.

Este não-diálogo, este distanciamento ideológico, estão confirmados pelo próprio Dom Eugênio Sales, quando, já Arcebispo do Rio de Janeiro, ouvido pelo Professor Vicente Tadeu Pieretti para a elaboração de sua monografia para a UFRN¹⁶, declarou:

“A sindicalização rural, as escolas radiofônicas e outras atividades desenvolvidas pela Arquidiocese de Natal, não tinham contato com a Campanha de Djalma Maranhão “De Pé no Chão também se Aprende a Ler” e o Centro Popular de Cultura da UNE. Igualmente com o sistema Paulo Freire. A razão eram as divergências de posições ideológicas assumidas pelos mesmos. Com isso não quero emitir juízo de sua validade”.

Apesar dessa posição da hierarquia da Igreja (e aqui também não vai nenhum juízo de valor), é impossível desconhecer que o Prefeito Djalma Maranhão contou com decisivo apoio político e sólida participação administrativa de um setor católico – estamos falando da AP (Ação Popular), movimento nascido na JUC e na frente ampla de cristão e

¹⁶ - PIERETTI, Vicente Tadeu. Op. Cit. p. 35.

comunistas que dirigia a UNE e que estava em processo de estruturação para se transformar num partido socialista ... quando trombou com o Golpe de Abril. Em Natal a AP esteve muito próxima do CPC (Centro Popular de Cultura), de hegemonia marxista, até mesmo em razão do berço comum, a UNE.¹⁷ e que apoiava, também, a administração municipal. Integrando o governo do Prefeito Djalma Maranhão, a AP (católicos, presbiterianos, batistas) soube fazer alianças com as demais forças de esquerda, organizando uma formação política inédita no Rio Grande do Norte: uma frente de cristãos e marxistas. Em 1964, quando do Golpe, na administração da Prefeitura, eram de AP: o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Saúde (Moacyr de Góes), o Chefe de Gabinete dessa Secretaria (Francisco Floripes Ginani), o Diretor do Ginásio Municipal (Geniberto de Paiva Campos), o Diretor de Interiorização da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler (Josemá Azevedo). Estas e outras lideranças de AP (Maria Laly Carneiro, Nei Leandro de Castro, Salete Bernardo, Joana D'Arc) foram interlocutoras do educador Paulo Freire quando ele veio a Natal colaborar com o programa de educação de adultos de Pé no Chão.

A administração do Prefeito Djalma Maranhão foi sempre permeada de lideranças de diversas confissões religiosas – basta lembrar que a proposta de como levar à prática a política de erradicação do analfabetismo (que mais tarde surgiria com o nome de Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler) nasceu no Comitê Nacionalista das Rocas, dirigido por um Pastor Presbiteriano, o Professor José Fernandes Machado.

Também está no registro histórico que quase todas essas lideranças amargaram o cárcere da ditadura de 1964, juntamente com seus companheiros comunistas. Antes e durante esse episódio elas, todavia, deram seus testemunhos, na melhor tradição da cultura judaico-cristã.

10. – INCONCLUSO. - A administração do Prefeito Djalma Maranhão está fadada a ser inconclusa. Primeiro, concretamente, porque ela não chegou ao fim e da Prefeitura seu titular foi arrancado e jogado na prisão no dia 2 de abril de 1964. Segundo, porque são tão díspares os julgamentos que sobre ele recaem que as imagens se fragmentam num calidoscópio turbinado pela ideologia. Terceiro, porque, hoje, Djalma Maranhão já não é mais limitado por parâmetros históricos, ele ganhou a dimensão do mito no imaginário popular.

A primeira questão da inconclusão não tem o que se discutir: é fato registrado pela História. Resta-nos a segunda e a terceira, a saber.

¹⁷ - O primeiro presidente do CPC foi Nathaniel von Shonsten, Chefe de Gabinete do Prefeito Djalma Maranhão e, posteriormente, Hélio Xavier de Vasconcelos. Outras lideranças importantes integravam o CPC: Danilo Bessa, Eider Toscano de Moura, Luís Maranhão Filho, José Arruda Fialho, Humberto Brandão, Benivaldo de Azevedo, Ademar de Medeiros Neto, Ivanaldo Bezerra, Ívis Bezerra, Paulo de Oliveira Frassinetti e Geniberto de Paiva Campos.

Para o almirante Tertius Cesar Pires de Lima Rebello, que tomou a Prefeitura em função do Golpe de Estado, a administração do Prefeito Djalma Maranhão é “um mundo de desgoverno” (...) “de uma irresponsabilidade inadmissível, incentivada em todos os escalões pelas altas autoridades na nação brasileira” (...) De nove acusações em que arrola Djalma Maranhão, na primeira diz o Almirante: “ ... que, durante sua administração na Prefeitura Municipal de Natal, empreendeu um trabalho de politização e conscientização de caráter puramente extremista, através da Diretoria de Documentação e Cultura, Centro de Formação de Professores” (sic)¹⁸

Os policiais Carlos Veras e Domingos da Silva, contratados pelo Governador Aluizio Alves para a Comissão de Investigações sobre a subversão no RN (decreto de 17 de abril de 1964 e publicado no Diário Oficial de 29 de mesmo mês), dizem de Djalma Maranhão cobras e lagartos.¹⁹ De comunista pra lá.

Para o promotor Oton Fialho de Oliveira, da Sétima Região Militar, os 83 indiciados em IPM no Rio Grande do Norte, encabeçados por Djalma Maranhão, são comunistas, “cupim que solapa as trevas”(sic).²⁰

A Sétima Região Militar, no Recife, condenou Djalma Maranhão a 16 anos e seis meses de prisão - da notícia ele soube no exílio do Uruguai.

De dezenas de intelectuais, escritores e jornalistas como José Condé, Adonias Filho, Eneida, que visitaram Natal durante sua gestão na Prefeitura, as páginas dos jornais de Rio, de São Paulo, do Recife guardam depoimentos altamente elogiosos²¹. Em vida e após a morte ele foi cantado pelos poetas, inclusive nos versos de Palmira Wanderley.

Para o Senador Dinarte Mariz, Presidente da Comissão de Segurança Nacional, em carta ao seu filho, Marcos Maranhão, “Djalma era um companheiro político das coligações UDN-PSP e um grande auxiliar de meu governo” (...) “Volto a reafirmar: era um democrata, caso contrário jamais o teria nomeado Prefeito de Natal no meu governo”.²²

Para o Dr. Onofre Lopes, Reitor da UFRN, que celebrara convênios com a Campanha De Pé no Chão, Djalma Maranhão “jamais demonstrou por suas atitudes ter conduta subversiva à frente da Edilidade Natalense”.²³

¹⁸ - Ofício do Prefeito Tertius Rebello ao Governador Aluizio Alves, encaminhando as conclusões do inquérito da Prefeitura sobre a subversão em Natal, de 2 de outubro de 1964.

¹⁹ - Relatórios publicados no jornal *O Poti*, de 20 a 27 de setembro e *Diário de Natal* de 28 e 29 do mesmo mês, 1964.

²⁰ - ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do Povo*, Rio de Janeiro, Sabiá, 1968.

²¹ - MARANHÃO, Marcos. *Djalma Maranhão- pensamento político – discursos parlamentares*. Edição particular. Natal, 1985.

²² - MARANHÃO, Marcos. *Op. Cit.*

²³ - MARANHÃO, Marcos. *Op. Cit.*

Para o Deputado Neiva Moreira, Djalma Maranhão tem “a vida ligada ao que há de mais genuíno e representativo das causas nacionais e populares”²⁴.

Para José Ayrton de Lima,²⁵ Djalma Maranhão “fez uma excelente obra administrativa” Ao dizer que seu secretariado era de “de centro com alguns conservadores” ele passa a rotulá-los: João Ferreira de Souza (conservador), Roberto Furtado (progressista), Wilson Miranda (conservador), Moacyr de Góes (esquerda católica), Ernani Silveira (centro), Ticiano Duarte (moderado), Olavo Galvão de Medeiros (conservador).

Para o deputado Leonardo Arruda Câmara, que o homenageou na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte na passagem do vigésimo aniversário de sua morte, Djalma Maranhão era “homem de grande coragem pessoal, temperamento altivo e independente. Para a população de Natal ele encarnava a imagem de um Paladino, um Bayard, *un chevalier sans peur et sans reproche* – uma cavaleiro sem mácula e sem medo, sempre disposto a lutar em defesa dos fracos e dos oprimidos”.

Para mim, Djalma Maranhão foi um grande *intelectual orgânico*, na melhor lição de Antônio Gramsci. Cumpriu sua tarefa. Competente e humanista. Foi fiel à sua terra e à sua gente.

Para quem tem acesso à escrita, esta é a imagem deixada por Djalma Maranhão – fragmentada, contraditória, polêmica, um perfil cujos traços dependem do *locus* onde se situa, ideologicamente, seu interlocutor. Na história oral de Natal, todavia, parece haver um consenso maior – o que vem passando de boca em boca, de geração em geração, é a reafirmação de que “o gordo Maranhão é gente muito fina”.²⁶ Hoje – e cada vez que volto a Natal constato isso – não são mais parâmetros históricos que avaliam Djalma Maranhão. Os velhos camaradas me falam dele, em superlativo, como o político e o administrador que não decepcionou, que foi grande, leal, justo, honesto e fraterno no governo, na prisão e no exílio. Dos jovens – na universidade e nos diversos meios sociais – recolho depoimentos contados por pais e avós que lembram sempre lances espetaculares, dignos da melhor literatura fantástica latino-americana. Sobre a cabeça do velho *caudilho*, como carinhosamente ainda tratam-no, colocam os antigos companheiros um halo de santidade. Qualquer dia desses ele estará fazendo milagres ao lado de Padre João Maria e de Frei Damião, recebendo fitas e velas de promessas nos cruzeiros de beira de estradas. O imaginário popular é isso (no interior de Pernambuco já é comum se fazer chá com o retrato de Arraes para curar doenças graves). No imaginário popular as

²⁴ - MOREIRA, Neiva. Carta dirigida ao Deputado Leonardo Arruda Câmara, em 03 de setembro de 1991.

²⁵ LIMA, José Ayrton de. *Ideologia Política do Rádio Norte-Rio-Grandense*. Cooperativa dos Sindicatos de Natal. Natal, 1985. p. 45.

²⁶ - Letra da música de campanha de Djalma Maranhão ao Senado pelo PSB. *Oi, pisa na fulô*.

lealdades são absolutas e o herói é imortal esteja ou não nesta vida. Constato que Djalma Maranhão, ao lado de sua figura histórica, vive, agora, também, num universo paralelo onde habita o mito. Nesse nicho ele ficará. E não se diga que esse país não tem memória. A notícia do Diário de Natal de 19 de outubro de 1970 constata, justamente, a permanência da lembrança:

- Quando, 15 anos após sua deposição da Prefeitura de Natal, num comício popular, o então Prefeito José Agripino Maia perguntou se as autoridades escutavam as reclamações do povo, a resposta foi imediata:
- Somente Djalma Maranhão.

Assim, ficará inconclusa sua História.

VIA CRUCIS

Para a História da América Latina, os eventos de dois de abril de 1964, em Natal – deposição e prisão do Prefeito Djalma Maranhão – são coerentes e estão de acordo com o figurino. Quando um novo bloco no poder assume, em função de uma articulação golpista, reacionária e de direita, o alvo principal será sempre a liderança que lhe é oposta, isto é, os partidários de uma política que faz avançar a democracia, a cidadania e que abre espaço à ideologia de esquerda. É nesse tabuleiro de xadrez que a História tem jogado suas peças, na América Latina.

No Rio Grande do Norte, naquele 64, todavia, há especificidades que precisam ser consideradas, a saber:

a) – O Golpe de Estado se dá no bojo da Guerra Fria, aqui reproduzida pelo confronto de duas fortes lideranças locais: o Governador Aluizio Alves, partidário da política americana da Aliança para o Progresso *versus* o Prefeito Djalma Maranhão que apoia a Revolução socialista cubana.

b) – Agravamento local da tensão ideológica (fenômeno mundial em decorrência da luta pela hegemonia entre EUA e URSS) face à ruptura das boas relações pessoais e profissionais mantidas entre o Prefeito Djalma Maranhão e as Forças Armadas, em Natal.

c) – O interlocutor potiguar preferencial com o novo bloco no poder é o Senador Dinarte Mariz, de fidelidade udenista. Assim, apesar de sua raiz lacerdistista (e da bengala de Magalhães Pinto), o Governador Aluizio Alves percebe que terá dificuldades com Brasília pois no Governo Federal já está encastelado seu rival. Num momento *sui generis*, quem fala à Nação pelo Rio Grande do Norte é o Senador e não seu Governador. Diante dessa conjuntura, Aluizio Alves terá de ser mais realista que o rei para se manter no poder. E fará isso com competência e empenho, retardando ao máximo sua cassação política.

Vamos trabalhar esses três parâmetros para procurar entender melhor a *via crucis* do Prefeito Djalma Maranhão.

Desde o momento em que os Estados Unidos se viram diante de um país socialista a cento e oitenta milhas de suas costas, a paranóia americana tomou conta de sua política externa na América Latina. A princípio jogou com o dinheiro (a velha lição de que um burro carregado de ouro infiltrado nas linhas inimigas vale mais do que um exército). Foram os tempos da Aliança para o Progresso. Como os resultados políticos estavam tardando, a inteligência foi substituída pela força bruta. Foram os tempos dos Golpes de Estado na América Latina. Essa é que a grande moldura para os eventos de Natal.

O dia 5 de maio de 1963 é uma data decisiva na derrocada de Djalma Maranhão. Naquela noite, no Palácio do Governo, Aluizio Alves recebia

o embaixador americano Lincoln Gordon para assinar convênios que possibilitariam investimentos da Aliança para o Progresso em programas político-administrativos do governo estadual (o burro carregado de ouro estava entrando no Rio Grande do Norte). A política americana era estabelecer “ilhas de sanidade” no caldo de cultura da política nacional-popular e das Reformas de Base do Governo de João Goulart. O embaixador americano já fizera idêntico acordo no então estado da Guanabara, identificando ali em Lacerda a grande liderança anti-Jango. Como a imprensa americana alarmava que o Nordeste brasileiro seria a segunda Cuba e Arraes o seu Fidel, a Aliança para o Progresso definira o Rio Grande do Norte como “ilha de sanidade nordestina” e Aluizio Alves a liderança que assumiria o papel de anti-Arraes. (mais tarde essa política de *descontaminar* aldeias inteiras de vietcongs seria praticada na guerra do Vietnã). A estratégia americano-aluizista foi denunciada pelo Prefeito Djalma Maranhão considerando-a uma indébita interferência estrangeira na política interna brasileira. A resposta de Djalma Maranhão foi chamar o povo às ruas com as bandeiras da soberania nacional. Na mesma hora em que o governador e o embaixador assinavam seus protocolos no Palácio da Praça Sete, o Prefeito colocava, em protesto no Grande Ponto, mais de 40 mil pessoas, em comício que foi irradiado pela Rádio Mayrink Veiga “que comandou uma rede de mais de cem emissoras de rádio, cobrindo todo o país”.²⁷ Num tempo em que a televisão ainda engatinhava, esta foi uma grande comunicação de massa.

Para participar desse ato público foi convidado o Deputado Leonel Brizola que promovia caravanas políticas pelo país defendendo as Reformas de Base do Governo Jango. E aí aconteceu o que não estava programado: de microfone em punho, Brizola, a pretexto de denunciar um possível golpe de direita que estaria à caminho (o que de fato aconteceria menos de um ano depois), atacou o General Murycy, Comandante da Guarnição de Natal, de forma violenta e gratuita, chamando-o de *gorila e de fujão*. As querelas gaúchas, oriundas da Campanha da Legalidade de 1961, chegavam a Natal sem pedir licença.

Este fato terá desdobramentos: Djalma Maranhão, coerentemente, telegrafará ao Ministro da Justiça alertando sobre a possível conspiração golpista e estará quebrada a boa relação – de respeito e mútua colaboração – que o Prefeito tecera junto aos militares no curso de sua administração. Uma terceira consequência passara quase despercebida: ao personalizar a discussão, Brizola contribuiu para desfocar a questão principal - a ingerência americana nos negócios internos brasileiros - e o Governador Aluizio Alves seguiu em paz assinando seus protocolos. A quarta consequência foi por demais evidente: o ataque frontal a um general açulou

²⁷ - LIMA, José Ayrton. *Op. Cit.*

o espírito de corpo da oficialidade militar e o Presidente da República passou a ter mais dificuldades nesse campo minado.

A terceira especificidade do Rio Grande do Norte na questão do Golpe de Abril diz respeito ao racha das oligarquias sertanejas configurado na luta entre o dinartismo e o aluizismo. Registre-se que, desde 1960, Aluízio chegara ao patamar não alcançado por Dinarte: revelara-se uma liderança urbana em Natal. Acrescentava esta nova condição à sua história política, quando *vinha do sertão, lá do Cabugi*.²⁸ Consolidava-se, assim, cronologicamente, a quarta liderança urbana natalense (Café, Maranhão, Dom Eugênio, não-partidária, e, agora, Aluízio).

Em 1964 e nos anos seguintes, o palco político provinciano ganha dimensões de intrigas venezianas e jogadas maquiavélicas. O Governador Aluízio Alves, que precisa ser mais realista do que o rei face ao novo bloco no poder, vai empreender uma verdadeira “marcha de flanco” e afastar da cena política seu incômodo opositor ideológico, o Prefeito Djalma Maranhão, e, ao mesmo tempo, prestar serviços ao militarismo que tomara Brasília e, no Nordeste, dá as cartas a partir do IV Exército, no Recife. São dois coelhos de uma só cajadada. Cria uma Comissão de Inquérito para investigar e denunciar os subversivos do Estado como linha auxiliar aos IPMs que então surgiam em todos os cantos do Brasil (parece ter sido, ao lado da Guanabara, caso isolado de governo estadual a participar da “caça às bruxas”). Com currículos de cursos no FBI, chegam a Natal, contratados pelo governo do estado, os policiais Veras e Domingos para dirigir as investigações. O alvo é o mais evidente possível: o Governo de Djalma Maranhão e, de forma ancilar, os setores camponês, sindical urbano, estudantil e repartições federais e municipais. A Comissão, com poder de polícia, prende, investiga, indicia e oferece subsídios ao IPM presidido pelo Capitão Ênio Lacerda, do Exército.

Em 4 de maio de 1965, a Sétima Região Militar do Recife denuncia 60 dos 83 indiciados do Rio Grande do Norte. Esse fato é noticiado com espanto pelo *Jornal de Comércio* pois “a maior denúncia existente antes dessa última [a do Rio Grande do Norte] na Auditoria da Sétima Região Militar era a que envolveu o senhor Miguel Arraes e outras 38 pessoas”.

A História registra que era Comandante da Sétima Região Militar, com jurisdição sobre Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, o General Antônio Muricy, e, Governador do Rio Grande do Norte, o Sr. Aluízio Alves.

Nas eleições que se seguiram – as últimas com voto direto permitidas pelo estado militar – o aluizismo elegeu os sucessores no Governo do Estado e na Prefeitura de Natal.

O dinartismo ganhou o “round” seguinte, no Conselho de Segurança Nacional, obtendo a cassação do ex-governador.

²⁸ Hino da campanha da Cruzada da Esperança nas eleições de 1960.

Nesse momento, Natal está órfã de suas lideranças urbanas: Maranhão, no exílio; Dom Eugênio (apartidário), transferido pelo Vaticano para a Bahia; Aluízio, cassado.

Aos poucos, velhas e jovens oligarquias sertanejas vão se acomodando ao novo estado de coisas.

Em 1971, quando em Natal já eram passados os trinta dias litúrgicos desde que se apagara a última fogueira de São Pedro, na celebração do final do Ciclo Junino, em Montevideu morria o Prefeito Djalma Maranhão, só.

- Morreu de saudades – disse-me um dia Darcy Ribeiro, seu companheiro de exílio.
- Morreu de saudades de Natal – eu respondi.

2. - ESTAÇÕES DA VIA CRUCIS DE DJALMA MARANHÃO

1964, abril, dia 1

Invasão da Prefeitura Municipal de Natal por tropas do Exército

dia 2

Deposição e prisão.

Repele a proposta do Coronel Mendonça Lima, Comandante da Guarnição de Natal, de trocar sua liberdade pessoal pela renúncia ao mandato de Prefeito.

É recolhido ao cárcere do 16^o Regimento de Infantaria do Exército.

dia 15

É transferido do 16 RI para o quartel da Polícia Militar de Natal.

dia 29

É ouvido em interrogatório pelo investigador Carlos Veras e assina depoimento que integrará o IPM (transcrito em anexo).

agosto, dia 15

É transferido e confinado à Ilha de Fernando de Noronha.

agosto, (...)

É transferido da Ilha de Fernando de Noronha para o 14 RI, no Recife, onde fica internado no Hospital Militar.

outubro, (...)

O deputado Carvalho Neto obtém ordem de “Habeas Corpus”, por unanimidade, do Supremo Tribunal Federal em seu favor, mas o Coronel João Dutra de Castilho, Comandante do 14 RI (Regimento de Infantaria), do Recife, recusa-se a cumpri-la.

dia 10

É demitido pelo Governador Aluizio Alves dos cargos de diretor da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura de Natal e de instrutor do Colégio Estadual do Ateneu Norte-Rio-Grandense.

novembro, (...)

Segunda ordem de HC do STF é cumprida e é libertado.

(...)

Viaja com o deputado Carvalho Neto para o Rio de Janeiro e passa a ser hóspede do senador Dinarte Mariz.

(...)

Asila-se na Embaixada do Uruguai, publicando na imprensa do Rio de Janeiro o manifesto “Palavras ao Povo” no qual afirma: “Não creio na validade de ‘Hábeas Corpus’, neste momento”.

1965, março, dia 25

O Governador Aluizio Alves comunica ao Coronel João Batista de Oliveira Figueiredo, Chefe da Agência do SNI no Rio de Janeiro, que demitiu Djalma Maranhão de cargos no Estado e na Prefeitura de Natal (Ofício 186/GR).

maio, dia 4

É indiciado na VII Região Militar (Recife).

julho, dia 9

Carta ao Dr. Roberto Furtado. Diz: “Estou com um pé no estribo para viajar (Montevideu).guardo ajuda econômica que, por seu intermédio, mandei solicitar aos amigos. Tem avião dia 14.”²⁹

²⁹ - MARANHÃO, Djalma. *Cartas de um Exilado (obra póstuma)*. Editora Clima, Natal, 1984. As cartas aqui referidas são transcrições dessa obra.

(...)

Assina o manifesto “Mensagem ao Povo Brasileiro”, datado de Montevidéu, em que reafirma suas posições políticas, agradece as manifestações de solidariedade da Igreja, de instituições e lideranças políticas do RN e declara que “esse manifesto poderá ser também, um testamento”.

1966, maio, (...)

Revalida seu “Habeas Corpus” e aceita o convite do Sindicato de Jornalistas da Alemanha para fazer naquele país um tratamento para o coração, lá permanecendo por seis meses.

1967, (...), (...)

Premido por saudades insuportáveis planeja regressar, clandestinamente, ao Brasil.³⁰ É dissuadido pelo casal amigo José e Nenen Pacheco que o visitava em Montevidéu, face aos riscos que correria.

1968, agosto, dia 20

Carta ao filho, Marcos Maranhão. Diz “Não desespero. Sei esperar. A idade dos povos não se mede pela idade dos homens. A minha luta é a continuação (...) dos movimentos nativistas que plantaram a semente da Pátria”.

outubro, dia 4

Carta para a esposa, Dária. Diz: “Nas cartas que na próxima semana mandarei para Marcos, João Maria e Evaristo, falarei a vagar de diversos assuntos, inclusive como estou encarando a possibilidade de meu retorno.

1969, março, dia 25

É condenado pela VII Região Militar (Recife) a 16 anos e seis meses, sob invocação da Lei de Segurança Nacional (lei 1802/53).

maio, dia 7

Carta ao Desembargador João Maria Furtado, do exílio do Uruguai, informa que recebeu a notícia da condenação na VII. Região Militar e que somente aceita o julgamento da História.

³⁰ GALVÃO, Mailde Pinto. *1964. Aconteceu em abril*. Editora Clima, Natal, 1994.

maio, dia 8

Carta para Jacyra Brandão Furtado. Diz: “Minha situação econômica agravou-se. Não é do meu temperamento comentar essas coisas. Peço remeter (...) o aluguel da casa da Rua Jundiá (...) Os primeiros meses de 1969 (...): a pior fase”.

maio, dia 12

Carta ao Dr. Roberto Furtado: “Deixe de lado o problema da apelação. O instante que estou vivendo é de sobrevivência econômica. Dois são os casos: venda ou aluguel da linotipo. Remessa de uma máquina de datilografia portátil.”

1970, janeiro, dia 25

Carta ao Sr. Humberto Pignataro autorizando-o a vender seu sítio em Extremoz. Diz: “o dinheiro que recebo aí do Brasil, com o que consigo ganhar aqui, representam 50% do aluguel do apartamento. (...) O negócio do dia é vender. Vivo com a corda no pescoço...”

1971, fevereiro, dia 27

Carta ao Dr. Roberto Furtado. Diz: “O carnaval aqui é uma lástima (...). Dura mais de um mês com um desfile de carros alegóricos e uns blocos (...) mas o povo não participa, fica somente olhando. No domingo fui ver o desfile. Era a mesma coisa dos anos anteriores”.

julho, dia 30

Morre, no exílio.

LEMBRANÇAS PESSOAIS DE DJALMA MARANHÃO ³¹

Grande Ponto. 1952. Cinco horas da tarde.

- Você é Moacyr de Góes, que faz política estudantil?

Diante de mim, com a mão estendida, o sorriso aberto no rosto redondo. Tanto alto como largo. Djalma Maranhão. Direto ao assunto:

- Venha para o *cafeismo*. No meio estudantil só dá PSD ou UDN, por influência dos pais. Tudo pequeno burguês. O *cafeismo* tem uma tradição de lutas populares. Precisamos de estudantes.

Nos meus 22 anos voltei para casa, pensando. Com Café Filho cooptado pelo Poder, o movimento popular no Rio Grande do Norte estava de maré baixa. Pela *participação*, PSD e UDN se atropelavam no adesismo ao vice-presidente da República. Café escolhia os Senadores: da UDN (Dinarte) e do PSD (Georgino) - e indicava como suplentes seus partidários do PSP.

Dentro do *cafeismo*, o racha: Eider Varela liderava os ricos e os *novos cafeístas*. Djalma Maranhão liderava os pobres e sustentava as bandeiras de Café Filho, quando jovem.

Fiquei com a *velha guarda cafeísta*: Djalma Maranhão, Leonardo Bezerra, Oliveira Júnior, Augusto de Souza, os herdeiros de Amaro Magalhães e outros.

Fui candidato a vereador em 1954. Perdi. Djalma Maranhão se elegeu deputado estadual.

2. - A velha Casa de Tobias (Faculdade de Direito do Recife, 1950-55) me abria a cabeça. Mas eram as discussões com Djalma Maranhão no *Jornal de Natal* que me situavam no mundo. O cotidiano era sempre analisado nos contextos municipal, estadual, nacional e internacional. As leituras do marxismo e a prática das lutas populares faziam de Djalma Maranhão um homem de seu tempo. Isso o distanciava do fisiologismo da oligarquia nordestina.

Lembrando Djalma Maranhão, eu entendo melhor Gide quando diz que é pelo regional que se alcança a universalização.

3. - Natal, 1956. Djalma Maranhão, Prefeito nomeado pelo Governador Dinarte Mariz. Eu, seu Chefe de Gabinete. Um mês depois ele já queria inaugurar obras.

³¹- Este texto, agora ampliado, foi publicado como prefácio ao livro *DJALMA MARANHÃO - Cartas de um Exilado*. Editora Clima. Natal (RN). 1984.

Aturdido com a velocidade da administração, eu reclamei:

- Djalma, vá mais devagar!

- Não posso. Não sei quanto tempo Dinarte vai segurar os reacionários que querem me tirar da Prefeitura. Tenho que deixar uma marca de administrador.

E, na ansiedade, repetia seu gesto conhecido: com as costas das mãos puxava a barba do pescoço para cima e suspendia as calças para cima da barriga.

4. – Ainda na primeira administração do Prefeito Djalma Maranhão. Nós nos preparávamos para as próximas eleições e eu era um dos encarregados de criar os slogans dos candidatos da capital e do interior. (naquele tempo, não havia empresas de marketing). Meu amigo e compadre Omar Pimenta, candidato a vereador, fora designado para fazer um curso no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAN), no Rio de Janeiro, e estava preocupado. Tranqüilizei-o:

- Vá em paz que eu já tenho seu slogan pronto.

- Qual é ? – perguntou o candidato.

- *Vote no melhor para não acontecer o pior*- respondi.

Às vésperas da volta de Omar, pelas nove horas de uma manhã, Djalma Maranhão manda me chamar e diz:

- Faça o slogan de Dix-Huit Rosado para Senado, pois, hoje a tarde, preciso lançar os primeiros boletins no Grande Ponto.

- Mas, Djalma, não conheço nem a biografia do homem ! – respondi.

- Faça o slogan, pois, dependendo desta aliança, terei financiamento para a eleição. Tem de colar os dois nomes: o dele e o meu. Daí a urgência. Oliveira Júnior está com a impressora da *Folha Tarde* parada, esperando por você. Um slogan bom – e não disse mais nada.

Retornei à mesa de trabalho com o desafio maior do que um bonde. Na gaveta estava o slogan de Omar Pimenta, que aguardava sua volta para o início da campanha. Foi a única saída.

Alguns dias depois me entra meu compadre de sala à dentro e vai me relatando:

- Voltava eu do aeroporto quando, na esquina da avenida 15, ouvi o carro de som gritar *Vote no melhor para não acontecer o pior*. Fiquei todo feliz pela minha campanha na rua. Só não entendi porque o locutor completava meu slogan mandando votar em Dix-Huit para o Senado da República!

Dar nó em pingo d'água sempre foi minha especialidade na assessoria de Djalma Maranhão.

5. - Igreja de Santa Terezinha, 1956. O Monsenhor Paulo Herôncio

pergunta ao Padrinho o nome de minha filha para batizar. Djalma com a criança nos braços e um sorriso iluminando a face, responde:

- Clara Raissa.

O Padre pergunta ao Prefeito (os dois haviam participado, juntos, da Revolução de 1930):

- Sabe rezar o Pai Nosso ?

- Sei.

- Então, reze.

Ele rezou.

6. – Ainda em sua primeira administração, para dinamizar o movimento cultural da Cidade, Djalma inventou uma festa que chamou de Re-inauguração do Forte dos Reis Magos. Uma conferência de Câmara Cascudo na praça d'armas do velha fortaleza e a benção de um frade de cujo nome não recordo, seriam os pontos altos do evento. Paulo Macedo convocou o soçaito e eu fui encarregado de convidar os intelectuais. A Prefeitura contratou um bufê de guaranás, cervejas e salgadinhos. É preciso lembrar que, à época, o acesso ao Forte se fazia, unicamente, através de uma precária canoa que partia da praia da Limpa, na avenida Circular. No domingo aprazado, São Pedro não colaborou: o tempo nublado anunciava chuva. Mesmo assim, o Prefeito tocou o bonde. O barqueiro comandou dezenas de travessias. Com o tempo cada vez mais sombrio, Cascudo deitou o verbo. Os garçons começaram o serviço de boca. Djalma estava feliz pelo êxito da festa. Depois de algum tempo, no entanto, o ambiente se esvaziava. As pessoas voltavam à praia em plena conferência de Cascudo. De repente, já se formava fila à espera da canoa. Djalma, atento, me chamou:

- O que está acontecendo ? – perguntou.

Deixei o palanque e me meti no meio dos convidados. Descobri: Newton Navarro e Albimar Marinho, copos em punho, confabulavam e segredavam para pequenos grupos:

- A meteorologia informa que vai desabar uma tempestade sobre Natal. Igual a que destruiu vários bairros no Rio de Janeiro, na semana passada!

O medo instalou-se. Logo depois, por excesso de passageiros, a canoa afundou. Convidados ficaram com água pelos peitos. A partir daí chegou o caos.

Às 17 horas, agora, debaixo de chuva, realmente, almoçávamos na Caranguejada do Arnaldo, nas Rocas, quando Djalma Maranhão desabafou:

- Isso é para eu aprender que não dá certo andar com intelectuais !

7. - Quando fomos expulsos do Partido Social Progressista (PSP), pela recusa em votarmos em Ademar de Barros, Djalma Maranhão já àquela altura a liderança de esquerda hegemônica no RN, reuniu seu grupo e abriu a discussão:

- E agora, é rabo de elefante ou cabeça de mosquito?

Para nós aquilo não era linguagem cifrada pois os dados já estavam lançados: “rabo de elefante” significava entrarmos para o PTB e “cabeça de mosquito” queria dizer que iríamos procurar uma legenda qualquer e com ela construirmos nosso próprio partido. No PTB seríamos bem recebidos pelo Diretório Municipal de Luís Gonzaga dos Santos, velho aliado, mas, em nível estadual, o partido tinha um dono, os Motas. Jamais poderíamos conduzir o elefante. O “cabeça de mosquito” tinha a vantagem de programarmos, em nível estadual, o partido, e, a desvantagem em enfrentarmos toda a sorte de problemas na fundação de uma organização partidária no RN. Começar do zero, levando, apenas, as bases sindicais operárias, o apoio estudantil, as alianças com outras forças de esquerda e a popularidade da liderança urbana de Djalma. A opção foi “cabeça de mosquito”. Maranhão viajou a São Paulo e de lá trouxe a legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), de Emílio Carlos.

Organizar o PTN no Rio Grande do Norte foi uma loucura. A estratégia, a mais simples possível: de posse do calendário das convenções municipais do PSD e da UDN, no dia seguinte àquelas datas, lá chegava Djalma Maranhão navegando seu jeep “Fura Mundo”. Reunia, então, as lideranças excluídas das legendas, gente sem espaço para disputar votos (às vezes sem votos) e que se sentiam injustiçadas. Juntava com os salvados do incêndio do PSP e ainda remanescentes cafeístas. Com esse material humano fundava o PTN local. Resultado, o partido se formou com um forte núcleo ideológico – nacionalista, reformista, de esquerda – e uma franja que tinha todas as cores.

8. – Organizado o PTN, o teste eleitoral eram as eleições municipais e para a Assembléia Legislativa. Ainda me lembro de curioso episódio ocorrido nas eleições para deputado estadual, em 1962. Naquele momento despontavam dois candidatos fortes: José Rocha, filho do usineiro Adauto Rocha, velho amigo pessoal de Djalma e a reeleição (que, infelizmente, não ocorreu) de Luiz Maranhão, irmão do Prefeito e a mais importante liderança comunista potiguar. Outros candidatos compunham a chapa. Discutiui-se, no entanto, que havia necessidade de uma candidatura que tivesse a cara da administração do Prefeito Djalma Maranhão. O escolhido foi o Dr. Ticiano Duarte, seu Chefe de Gabinete.

O trabalho político começou a ser feito a partir de Natal e, quando era possível, o nome chegava ao interior. Numa vitoriosa “marcha de flanco”, Djalma conseguiu que o PTN de um município próximo à

capital (se não me falha a memória, São Bento) adotasse o nome de Ticiano como seu candidato preferencial. Então, um grande lançamento da candidatura começou a ser programado. No dia aprazado, pelo entardecer, deixamos Natal em demanda ao tal município - uns quatro automóveis em caravana, Djalma à frente, também à frente o candidato que, pela primeira vez, visitaria sua nova base eleitoral. À noite, fomos recebidos à entrada da cidade com foguetões e carro de som anunciando os nomes das lideranças. Nos fundos da Igreja, numa praça, estava montado o palanque todo iluminado e decorado com bandeirinhas. O alto-falante tocava músicas e anunciava os oradores. Foi ao subirmos ao palanque que percebemos o que os adversários haviam escrito em letras garrafais no muro da Igreja:

- Mas, quem diabo é Ticiano ?

Com as costas das mãos, Djalma puxou a barba do pescoço para cima, suspendeu as calças e numa rara oportunidade manteve a serenidade:

- Faz que não leu. O povo taí. Vamos fazer o comício.

9. - Redação da *Folha da Tarde*, mais ou menos na metade da campanha eleitoral de 1960, nove horas da manhã.

Djalma Maranhão entra com o jornal do dia anterior nas mãos e pergunta:

- Quem redigiu esta manchete ?

Oliveira Júnior, secretário do jornal, responde:

- Foi Moacyr.

Atrás da máquina de escrever eu me preparei para o pior, pois conhecia as crises da *ira bíblica*:

- A manchete está certa. É assim mesmo. Não vamos ficar em cima do muro. Jogo claro. Honrar as alianças – falou Djalma.

Respirei fundo. A manchete dizia:

LOTT - JANGO - ALUIZIO - WALFREDO - MARANHÃO - GONZAGA. VOTE DO PRIMEIRO AO SEXTO.

Do Primeiro ao Sexto virou **slogan** na campanha.

10. – No auge da campanha de 1960, às 7 horas de uma manhã que previa dia cheio, encontro Djalma Maranhão em sua casa puxando a barba do pescoço para cima e andando em círculo. Esses eram sinais que alguma coisa estava dando errado. Pergunto o que há e ele responde:

- A Rádio Rio Grande não entrou no ar!

A história dessa Rádio era de capa e espada. A concessão de mais um canal de rádio para Natal era disputada por ele e pelo todo poderoso PSD de Teodorico Bezerra, no Governo JK. Afoito como sempre, Djalma comprara uma emissora com 01 quillowats de potência e sua instalação, clandestina, foi feita na sede do serviço de alto-falantes do vereador Sebastião Malaquias, na Avenida Quatro. Denunciada a irradiação clandestina, ele negociou com o Departamento de Correios e Telégrafos,⁵¹

responsável pela fiscalização, uma trégua de 30 dias, quando, então, tiraria a emissora do ar. Esse prazo ia até 04 de outubro, isto é, um dia depois das eleições. Assim, a emissora ficou no ar, mas, tudo era muito precário. Paulo Macedo, Carlos Lima, Expedito Silva, Chagas, Serkis Fakart e outros voluntários faziam revezamento na locução ou improvisavam programas. O discurso político era o prato forte, a qualquer hora. Assumi dois programas, um ao meio dia e outro à noite. Bum Bum, Cacique da Taba dos Guaranis, companheiro de *cauim* de muitos carnavais, era segurança e vigia..

Naquela manhã, Djalma, nervoso, passava por todos os canais de rádio e comentava irritado:

- Todo mundo tem direito a uma rádio: Dinarte, Teodorico, Dom Eugênio, Aluízio. Comigo, a coisa dá errado. A emissora era para estar no ar às 5 horas e já passa das sete.

- Qual é a escala de trabalho de hoje ? – perguntei.
- Sei lá. Todos devem ter caído na farra, ontem.

De repente, no dial do rádio começou um chiado. Ficamos na expectativa e ouvimos:

- Aqui fala Bum Bum, na *rádica de Dijarma* Maranhão !
A Pátria estava salva... apesar de arranhada a língua.

11.- Campanha de 1960. O leal amigo José Pacheco coloca à disposição de Djalma Maranhão uma caminhonete equipada: seis alto-falantes, muitas luzes e um pequeno palco para os oradores e artistas nos comícios e shows. Os artistas cantavam e dançavam e juntavam gente. Aí, então, chegava a hora dos oradores. A estrela era a jovem Luiza de Paula: voz afinada, roupa mínima e dançava como o diabo gosta. A recomendação de Djalma era clara: cantar samba ou baião. Uma noite, multidão já na praça, Luiza cantou dois boleros seguidos. A ordem de Djalma foi incisiva para Luiza mudar o repertório. Não sei o que deu na cantora, mas ela atacou com outro bolero. Djalma não se conteve. Aproximou-se do microfone onde cantava Luiza de saiote e bustier e aplicou-lhe um beliscão na barriga, reiterando com a boca no microfone:

- Canta samba !
- Ái ! – gritou a cantora.

O distinto público riu e aplaudiu.

12. - Praia do Forte, crepúsculo. Início de 1961. Djalma Maranhão, eleito Prefeito de Natal com 66 % dos votos, vive mais uma encruzilhada. O braço largo de atleta pousado sobre a direção do jipe *Fura Mundo* e o olhar no mar, Djalma fala para mim como se estivesse numa conferência:

- A educação vai ser a meta número um de meu governo. Mas, como assegurar escola para todos?

Como seu Secretário de Educação, discuto a questão. Após algum tempo chegamos a duas premissas: o orçamento municipal, deixado pela administração anterior (José Pinto) teria que ser *furado* em favor da educação e os Comitês Nacionalistas (organização decisiva na campanha de 1960) teriam que discutir e apoiar a proposta de educação como movimento popular.

De repente ele girou a chave e arrancou com o *Fura Mundo*:

- Vamos falar com o *nêgo Roberto* (Roberto Furtado, Secretário Municipal de Finanças).

A **Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler** foi definida no Comitê Nacionalista das Rocas, sob a presidência do Pastor José Machado e lançadas às ruas pelo Prefeito no dia 23 de fevereiro de 1961.

13. - 1961. Renúncia de Jânio e Campanha da Legalidade pela posse de Jango.

No Teatro Alberto Maranhão (onde se instalara o Governo Aluizio Alves quando das obras do Palácio da Esperança), Djalma Maranhão, tenso:

- A direita vai radicalizar. Vem o golpismo. Já conheço como termina este filme.

14. – Eleição para deputado à Assembléia Legislativa, 1962. Nossa aliança com o PTB de Luís Gonzaga dos Santos estava firme. Um dos candidatos preferenciais do PTB municipal era Joaquim Victor de Holanda, dono de uma pequena empresa de construção civil.

- Joaquim Victor vive no meio dos operários e vai ter muitos votos – o Vice-prefeito não escondia suas esperanças.

O candidato saiu melhor do que a encomenda: rapidamente aprendeu o linguajar do PTB e só falava em salário, imperialismo e latifúndio. O que seus patrocinadores esqueceram é que apesar de ser um homem honesto, Joaquim Victor, como empresário, era um patrão desorganizado e vez por outra deixava o salário dos trabalhadores em atraso. Fora isso, era uma candidatura em céu de brigadeiro. E aí chegou a hora do Prefeito Djalma Maranhão prestigiar, com sua presença, a candidatura trabalhista. Todos nós subimos o palanque. Praça cheia, os discursos comiam solto. Ponto alto, o discurso do candidato que escolheu como tema principal o salário dos trabalhadores. Lá pelas tantas, quando o orador tomou fôlego, um grito foi ouvido na praça:

- Joaquim Victor, paga meu salário que está atrasado!

Esquecendo que estava em frente do microfone ligado, o candidato comentou para o Prefeito Djalma Maranhão:

- É por causa de um filho da puta desse que a gente perde a eleição. Não deu outra.

15. – Em 1963 (um pouco antes ou um pouco depois), os operários da limpeza pública municipal entraram em greve por aumento de salários e melhores condições de trabalho. A inflação corria solta e não era moda reprimir greves, naqueles tempos. Djalma Maranhão, no entanto, ficou perplexo. Lembro que mantivemos o seguinte diálogo:

- Mas, eles não podem fazer isso contra mim – exclamou o Prefeito.
- Por que ? – perguntei.
- Porque no Governo municipal eu sou o representante deles. É fazer uma greve contra si próprio.

Mantivemos uma pequena discussão, logo superada – como também, logo depois, a greve foi superada, resolvida à contento. Eu entendi que, naquele rápido momento, tinha vindo à tona a rigidez de uma formação política de um adolescente gerada na clandestinidade, no clima personalista do estalinismo. Na convivência que mantivemos de 1952 a 64 testemunhei poucos momentos voluntaristas que ele, conscientemente, buscava corrigir.

16. – Na manhã de domingo daquele carnaval, o vereador Severino Galvão foi a uma emissora de rádio e deu entrevista. Dizia que estava abrindo uma dissidência na Federação Carnavalesca, não reconhecia o Rei Momo escolhido pela Prefeitura e se auto-proclamava Rei Momo. Ao meio-dia Severino Galvão já freqüentava os cordões das maxixeiras ao lado de uma nova Rainha do Carnaval. E as emissoras de rádio faziam a maior zona. Preocupado, telefonei para meu amigo Omar Pimenta, Presidente da Associação Carnavalesca, lá colocado pelo Prefeito.

- Vou cumprir o calendário oficial do carnaval – respondeu meu compadre, meio displicente para meu gosto.

Saí à procura do Prefeito e fui encontrá-lo pelo final da tarde na taba dos índios, bebendo *cauim* com o cacique Bum Bum. Fui logo reclamando:

- Djalma, você tem ascendência sobre Severino Galvão, mande ele acabar com essa besteira de dissidência que pode prejudicar o trabalho de Omar Pimenta !

O Prefeito deu uma gargalhada e me explicou que isso movimentava o carnaval, as emissoras de rádio dedicavam mais tempo às discussões e, tomando partido, os foliões davam mais colorido às ruas.

Foi aí que entendi que o Prefeito, por baixo do pano, estimulava a dissidência de Severino Galvão. Derrotado em minha avaliação política cartesiana, só me restava aceitar o *cauim* servido por Bum Bum, mesmo sabendo que, no outro dia, a ressaca viria me apresentar a conta.

17. - Acampamento Escolar da **Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler**, bairro das Quintas, noite, reunião do Círculo de Pais e Professores, 1963.

A mulher, mais ou menos setenta anos, entrega uma rosa vermelha ao Prefeito:

- Seu Djalma, ontem, pela primeira vez, eu li uma carta de meu filho que trabalha em Brasília.

18. - Prefeitura de Natal, Primeiro de Abril de 1964, 22 horas.

O Exército invade o prédio. Expulsa todos os presentes. Prende Evlin Medeiros, Presidente do Sindicato da Construção Civil e Vice-Presidente do Comando Estadual dos Trabalhadores. Djalma Maranhão sai com um rádio debaixo do braço - sua única arma.

Luiz Ignácio Maranhão Filho e eu somos os últimos a descer as escadas.

19. - Escadarias do Quartel da Polícia Militar, em 15 de julho de 1964, ao meio dia.

O Exército faz troca de prisioneiros. Djalma Maranhão, com alguns companheiros, vem do 16 RI. Vários dos que estavam no Quartel da Polícia são transferidos para o 16 RI. Vou para o 16 RI com Vulpiano Cavalcanti, José Arruda Fialho, Josemá de Azevedo, Geniberto de Paiva Campos, Francisco Floripe Ginani, Carlos Alberto Galvão de Siqueira Campos e Aldo da Fonseca Tinoco.

Nas escadarias os dois grupos se encontram.

Num impulso, gritei:

- Meu Prefeito !

O gesto com que me correspondeu ainda era largo e generoso. Mas o seu sorriso já era triste.

Foi a última vez que vi meu amigo Djalma Maranhão.

20. – Asilado na Embaixada do Uruguai, no Rio, Djalma Maranhão me manda um recado que, por razões de segurança, eu não deveria visitá-lo. Acatei a recomendação. Preparamos, então, um contato indireto. Conceição, minha mulher, comprou para ele umas grossas meias, próprias para o frio, e minha filha Clara Raissa, nove anos, sua afilhada, acompanhando Diva da Salete Lucena, passou uma tarde na Embaixada. Foi um momento de ternura humana, ela me contou.

